

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
THIAGO LIMA ROCHA CAMPOS

**ANÁLISE DE DISCURSO E RELAÇÕES INTERNACIONAIS: os Discursos sobre  
Paz e Segurança na África no Conselho de Segurança da ONU**

Florianópolis  
2014.

THIAGO LIMA ROCHA CAMPOS

**ANÁLISE DE DISCURSO E RELAÇÕES INTERNACIONAIS: os Discursos sobre  
Paz e Segurança na África no Conselho de Segurança da ONU**

Trabalho de Conclusão de Curso de graduação em  
Relações Internacionais da Universidade Federal de  
Santa Catarina como requisito para obtenção do Grau  
de Bacharel em Relações Internacionais. Orientadora:  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Juliana Lyra Viggiano Barroso.

Florianópolis  
2014.

Thiago Lima Rocha Campos

**ANÁLISE DE DISCURSO E RELAÇÕES INTERNACIONAIS: os Discursos sobre  
Paz e Segurança na África no Conselho de Segurança da ONU**

Esta Monografia foi julgada adequada para a obtenção do título de Bacharel em  
Relações Internacionais e aprovada em sua forma final pela Banca Examinadora,  
tendo obtido nota 9,0 (nove).

Florianópolis, 05 de dezembro de 2014.

---

Prof.<sup>a</sup> Juliana Lyra Viggiano Barroso, Dr.<sup>a</sup>  
Coordenadora do Curso

**Banca Examinadora:**

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Juliana Lyra Viggiano Barroso  
Orientadora/Presidente  
Universidade Federal de Santa Catarina

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Iara Costa Leite  
Universidade Federal de Santa Catarina

---

Prof. Dr. Lucas Pereira Rezende  
Universidade Federal de Santa Catarina

*Dedico este trabalho a meu avô in memoriam. Que seu exemplo me sirva de  
inspiração ao longo da vida.*

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a todos aqueles que contribuíram direta ou indiretamente para a realização desse trabalho e para a minha formação acadêmica e pessoal.

Agradeço especialmente aos meus pais, Ronaldo e Célia, por todos esses anos de dedicação para que mais uma etapa importante de minha vida fosse cumprida.

Agradeço também aos meus professores e colegas do curso de Relações Internacionais por todas as contribuições e pela amizade ao longo desses anos. E à minha orientadora professora Juliana Viggiano pelas valiosas observações e pela paciência ao longo de todo o processo de realização do trabalho.

*“Como eu sei que não estou enganado em pensar que vejo o mundo lá fora? Como eu sei se não inventamos juntos um mundo que existe (como um todo discernível de várias partes) somente através dos, ou inseparavelmente aos, significados compartilhados que nós damos a ele? Mesmo se as minhas proposições sobre o mundo fossem verdadeiras, não seria a verdade sobre o mundo dependente das propriedades linguísticas dessas proposições?”*

*Nicholas Onuf, 1998.*

## RESUMO

O presente trabalho debate o uso do construtivismo dentro da teoria das Relações Internacionais, em especial os escritos de Onuf (1989, 1998); e da Análise de Discurso, em especial a obra de Fairclough (2001a), como aportes teóricos e metodológicos para se pensar a política internacional pela influência da linguagem. Assim, constrói-se um referencial teórico para analisar 56 discursos proferidos nas reuniões do Conselho de Segurança das Nações Unidas por parte das delegações da China e dos Estados Unidos sobre o tema da *paz e segurança na África*. Parte-se dos pressupostos construtivistas de que a realidade é socialmente construída pelos agentes, e que esse processo de construção social ocorre através do discurso por meio dos atos de fala. Os atos de fala geram significados discursivamente, e esses significados são parte de uma prática social maior que engloba todo o ato discursivo e suas consequências. Parte-se também do princípio de que discurso é aquele que traduz a linguagem em sentido, imprimindo uma imagem ou identidade àquilo que se refere. Tendo em vista tudo isso, a pesquisa identificou mudanças discursivas tanto nos discursos chineses quanto nos discursos americanos. Tanto as imagens construídas no discurso sobre paz e segurança quanto as mudanças discursivas de ambos os países revelam a íntima relação texto-contexto e são exemplos de prática política. A análise de discurso torna-se o eixo que liga os pressupostos filosóficos do construtivismo com as ações políticas realizadas na linguagem.

**Palavras-chave:** Construtivismo. Análise de Discurso. Conselho de Segurança.

## ABSTRACT

This paper discusses the use of constructivism within the theory of international relations, especially the writings of Onuf (1989, 1998); and of the Discourse Analysis, in particular the work of Fairclough (2001a), as theoretical and methodological contributions in thinking international policy by the influence of language. Therefore, we build up a theoretical framework to analyze 56 speeches at the meetings of the Security Council of the United Nations by the delegations of China and the United States on the topic of *peace and security in Africa*. We start from constructivist assumptions that reality is socially constructed by the agents, and that this process of social construction occurs through discourse over the speech acts. Speech acts discursively generate meanings, and these meanings are part of a larger social practice that encompasses the entire discursive act and its consequences. We depart also from the principle that the discourse is one that translates language into meaning, printing an image or identity to what it refers. Given all this, the research identified discursive changes both in Chinese and American speeches. Both the images constructed in the discourse on peace and security and the discursive changes in both countries reveal the intimate text-context relationship and are examples of political practice. The analysis of discourse becomes the axis linking the philosophical presuppositions of constructivism with the political actions performed in language.

**Key-words:** Constructivism. Discourse Analysis. Security Council.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Concepção tridimensional do discurso .....	26
Figura 2 – Categorias analíticas propostas no modelo tridimensional .....	28
Figura 3 – Quadro comparativo das mudanças discursivas .....	56
Figura 4 – Condições sociais de interpretação em dois níveis .....	59

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AD	Análise de Discurso
ADC	Análise de Discurso Crítica
CSNU	Conselho de Segurança das Nações Unidas
EUA	Estados Unidos da América
FOCAC	Fórum de Cooperação África-China
ONU	Organização das Nações Unidas
RI	Relações Internacionais
UA	União Africana

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	11
<b>2</b>	<b>CAPÍTULO 1: O CONSTRUTIVISMO, O DISCURSO E A ANÁLISE DE DISCURSO</b> .....	19
2.1	A VIRADA LINGUÍSTICA E O CONSTRUTIVISMO DE ONUF .....	19
2.2	DISCURSO E OBJETO DE PESQUISA .....	23
2.3	ANÁLISE DE DISCURSO E OBJETO DE PESQUISA .....	25
<b>2.3.1</b>	<b>Discurso Como Prática Social</b> .....	27
2.4	ANÁLISE DE DISCURSO E RELAÇÕES INTERNACIONAIS .....	29
2.5	CONCEITUANDO MUDANÇA DISCURSIVA .....	31
<b>3</b>	<b>CAPÍTULO 2: ANÁLISE DE DISCURSO E OS DISCURSOS DO CONSELHO DE SEGURANÇA</b> .....	34
3.1	ANÁLISE DE DISCURSO: MUDANÇAS DISCURSIVAS E PERCEPÇÕES DE IMAGENS .....	35
<b>3.1.1</b>	<b>Discurso Chinês</b> .....	36
<b>3.1.2</b>	<b>Mudanças Discursivas nos Discursos Chineses</b> .....	42
<b>3.1.3</b>	<b>Discurso Americano</b> .....	45
<b>3.1.4</b>	<b>Mudanças Discursivas nos Discursos Americanos</b> .....	53
3.2	ANÁLISE DE DISCURSO: PRÁTICA SOCIAL, PRÁTICA POLÍTICA E ATOS DE FALA .....	56
<b>4</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	62
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	64
	<b>BIBLIOGRAFIA DOS DISCURSOS</b> .....	70
	<b>APÊNDICE A</b> – Discursos dos representantes da China no Conselho de Segurança .....	72
	<b>APÊNDICE B</b> – Discursos dos representantes dos Estados Unidos no Conselho de Segurança .....	77

## 1. INTRODUÇÃO

O Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) foi criado junto com a própria organização, em 1945, para tratar de questões de paz e segurança internacionais. De acordo com a Carta das Nações Unidas em seu capítulo V, art. 23, o Conselho será composto de quinze membros das Nações Unidas, sendo eles: a China, a França, a Rússia<sup>1</sup>, o Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte e os Estados Unidos da América como membros permanentes; e outros dez a serem eleitos pela Assembleia Geral como membros não-permanentes, tendo em vista a contribuição de cada um para a manutenção da paz e da segurança internacional e também a distribuição geográfica equitativa (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1945).

Cabe ao Conselho, a responsabilidade primária pela manutenção da paz e segurança internacionais; e para esse propósito o órgão deve agir de acordo com os princípios estabelecidos na Carta. Fica a cargo do CSNU decidir sobre a existência de ameaças à paz. Todos os membros das Nações Unidas devem concordar em aceitar as decisões do CSNU, que podem incluir (se necessário) o uso da força para garantir o propósito de manutenção da paz e segurança internacionais (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1945).

O continente africano se insere logicamente dentro do escopo de atuação da Organização das Nações Unidas (ONU) e do CSNU, especificamente no que diz respeito à paz e segurança internacional, mas não apenas, pois a ONU se ocupa de outras questões: como meio-ambiente, agricultura, trabalho, cultura e etc. Já o Conselho se ocupa de questões sobre segurança na África: como a ligação entre recursos naturais e conflitos; prevenção e resolução de conflitos; cooperação entre as Nações Unidas e as organizações regionais, com foco na manutenção da paz; tráfico de drogas; e o ressurgimento de mudanças inconstitucionais nos governos africanos (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2014).

Segundo Saraiva (2008), a ordem internacional do século XXI faz do continente africano parte crucial de sua configuração. A África subsaariana, por exemplo, cresce entre 5% e 6% ao ano desde 2003 (SARAIVA, 2008). Reformas econômicas liberalizantes e crescente atração de investimentos externos diretos

---

<sup>1</sup> À época União das Republicas Socialistas Soviéticas.

caracterizam o cenário da região. Cada vez menos organizações não-governamentais humanitárias dos países ricos, e cada vez mais atores econômicos e estratégicos globais querem compartilhar com os africanos balanços e projeções acerca da última fronteira territorial da internacionalização econômica do capitalismo (SARAIVA, 2008). A importância do continente no cenário internacional vai muito além dos aspectos econômicos, mas estes sabidamente têm um impacto significativo na geopolítica mundial. A questão da segurança é ainda tão importante quanto, no que se refere ao continente africano, marcado por profundo quadro de instabilidade política, gerador de diversos conflitos inter-regionais que acarretam em guerras civis intra e internacionais e a consequente movimentação de milhares de refugiados (PENNA FILHO, 2004).

Tendo em vista essa breve introdução temática, com o auxílio das tradições construtivistas em RI, especificamente os autores da chamada *virada linguística*, e da Análise de Discurso (AD); essa pesquisa almeja verificar e analisar as mudanças discursivas que ocorreram – e se ocorreram – nos discursos da China e dos Estados Unidos no Conselho de Segurança das Nações Unidas sobre o tema da *paz e segurança na África* desde o 11 de setembro de 2001 até os dias atuais. Limitamos-nos a apresentar as mudanças discursivas, quando houver, dentro dos documentos analisados, sem nos aprofundarmos de maneira contundente no contexto, posto que isso exigiria pesquisas adicionais que não nos propusemos a fazer neste trabalho.

No que diz respeito ao recorte temporal proposto, não há consenso por parte dos estudiosos sobre a dimensão gerada pelos eventos de 11 de setembro de 2001 para a segurança internacional e o terrorismo. Porém, é certo que seus efeitos tiveram uma escala global sem precedentes, pois o tratamento dado a posterior pelos Estados Unidos ao terrorismo internacional tomou dimensões consideráveis: realinhando coalizões e alianças internacionais e gerando novas pressões sobre instituições multilaterais (SOUZA; MORAES, 2014).

A escolha de se trabalhar com os discursos chineses e americanos não é casual. Ambos os países estão imbricados na geopolítica da ordem internacional do século XXI para o continente africano, conforme indicado por Fiori (2013) e Saraiva (2008). Além disso, ambos são representantes dos hemisférios oriental e ocidental no CSNU e são membros permanentes do órgão, contando, ainda, com o instrumento do poder de veto. Ainda, podemos destacar a China como potência

emergente de destaque entre os países em desenvolvimento e os EUA como potência tradicional entre os países desenvolvidos. O que, sem dúvida, os torna protagonistas tanto na ONU quanto no mundo todo.

Dentro da temática do estudo construtivista nas Relações Internacionais (RI), essa pesquisa procura analisar os discursos dentro do Conselho de Segurança (CSNU) por meio da mudança discursiva e da análise e apreensão de como a prática discursiva reflete-se na prática política. O trabalho está dividido em duas partes que se complementam: um capítulo de pesquisa teórica e um capítulo de pesquisa empírica. A parte teórica será baseada em duas vertentes distintas, mas que se comunicam e se auxiliam para o propósito deste trabalho. Uma é a tradição construtivista dentro das teorias em RI, mais especificamente, a contribuição de Nicholas Onuf. A outra vertente é a Análise de Discurso (AD), campo de estudo da linguística. Nosso autor-base da AD é Norman Fairclough, linguista britânico considerado expoente da Análise de Discurso Crítica (ADC)<sup>2</sup>.

Partindo desse aporte teórico, que incluirá também outros autores, verificaremos se há mudanças discursivas nos discursos estudados. Optamos por iniciar a pesquisa com um marco histórico consagrado dentro dos estudos de Segurança Internacional: o pós 11 de setembro de 2001, do qual nos referimos anteriormente. Desse modo, iniciaremos as análises dos documentos a partir do ano 2002<sup>3</sup> e seguiremos até os dias atuais: junho de 2014. São 31 reuniões do Conselho de Segurança: a primeira datada de 29 de janeiro de 2002, e a última datada de 19 de junho de 2014. Cada texto da reunião possui inúmeros discursos de pessoas diferentes, embaixadores e representantes oficiais da ONU. Como nosso objetivo é analisar os discursos de China e EUA, será um total de 56 discursos diferentes. O tema comum a todos os discursos analisados é a *paz e segurança na África*<sup>4</sup> de um modo geral, ou seja, as percepções e posições de cada um desses dois países sobre o tema.

Julgamos conveniente utilizar o construtivismo por este permitir que se trabalhe com o discurso na construção da política internacional. Outras correntes,

---

<sup>2</sup> O termo Análise de Discurso Crítica foi cunhado por Norman Fairclough em um artigo publicado em 1985 no periódico *Journal of Pragmatics* (RESENDE; RAMALHO, 2006).

<sup>3</sup> Levando em consideração o pós-11 de setembro, os discursos sobre o tema *paz e segurança na África* iniciam-se apenas em janeiro de 2002.

<sup>4</sup> As reuniões são definidas por tópicos, ou agenda, e a agenda pesquisada tem justamente o título oficial de *Paz e Segurança na África: Peace and Security in Africa* nos documentos originais.

como o pós-estruturalismo e o pós-modernismo também trabalham com o discurso, porém, por nos filarmos ao pensamento de Onuf, inevitavelmente deixamos de lado essas correntes<sup>5</sup>. Apropriamo-nos das ideias de Onuf por estas representarem um marco da tradição construtivista e pelo autor utilizar-se do conceito de atos de fala, que, a nosso ver, representam um ponto crucial para se entender o processo de construção de significados no discurso. A partir dessa percepção, presumimos que o campo de estudo da AD oferece uma ferramenta relevante para a análise que pretendemos fazer. Nesse momento, convém abordarmos uma breve introdução sobre a disciplina de Relações Internacionais e o surgimento do construtivismo como corrente teórica da disciplina.

A apresentação convencional da origem e da evolução da disciplina de Relações Internacionais indica a formação da mesma no período posterior à Primeira Guerra Mundial (NOGUEIRA; MESSARI, 2005). Era preciso estudar o fenômeno da guerra e suas causas para poder evitar sua repetição. Assim, iniciava-se aos poucos uma nova área acadêmica dentro das ciências sociais que se preocupava em estudar as interações entre os Estados e suas consequências. No decorrer do século XX, a disciplina foi ganhando robustez e prestígio na academia dado a crescente preocupação dos estudiosos em estudar os fenômenos econômicos, políticos e sociais que transcendem as fronteiras dos Estados.

A historiografia em RI costuma situar o desenvolvimento da disciplina em torno dos chamados grandes debates. Esses debates dizem respeito a momentos distintos na formação e consolidação da disciplina que passam por questões metodológicas, ontológicas e epistemológicas. Muitos consideram essa narrativa em torno dos debates um desserviço à disciplina, pois se estaria incentivando uma suposta ideia de evolução cognitiva entre as teorias, as quais estariam se refinando com o tempo. Os grandes debates são três: o primeiro grande debate foi descrito por Edward Hallet Carr em sua obra *Vinte Anos de Crise*. Inspirados no seu trabalho, estudiosos desde então se preocuparam em classificar outros debates da disciplina. Hedley Bull protagonizou o segundo grande debate, e Yosef Lapid o terceiro debate (KUBÁLKOVÁ, 1998).

Outra classificação bastante usual na historiografia da disciplina foi feita pelo acadêmico norte-americano Robert Keohane. Em seu famoso discurso como

---

<sup>5</sup> No entanto, não está excluída a possibilidade de sua utilização em conjunto com o Construtivismo. Apenas não nos propusemos a fazê-lo nesse trabalho.

presidente da *International Studies Association* (ISA) em 1988, Keohane (1988) dividiu as teorias em RI entre *racionalistas* e *reflexivistas*<sup>6</sup>. As primeiras consideram possível julgar objetivamente os comportamentos, como o realismo e neorealismo e o liberalismo e neoliberalismo. Já as últimas desconfiam dos modelos científicos, prezam por uma interpretação histórica e textual e atribuem importância à reflexão humana sobre a natureza das instituições e sobre o caráter da política mundial (SALOMÓN, 2002).

O que Keohane (1988) chama de reflexivistas Wendt (1992) chama de *construtivistas*. O termo construtivismo surgiu pela primeira vez nos estudos das RI em 1989, na ocasião da publicação do livro de Nicholas Onuf intitulado *World Of Our Making: Rules and Rule in Social Theory and International Relations* (ONUF, 1989). Wendt (1992) reconhece diversas designações diferentes, como pós-estruturalistas, cognitivistas, feministas, etc., porém não faz distinção entre eles, com o intuito de ressaltar a preocupação comum de todos com a formação das identidades e interesses, algo exatamente oposto aos chamados racionalistas. Enquanto os primeiros concebem a formação das identidades e interesses como endógena aos processos de interação, ou últimos a veem como exógena.

O construtivismo é considerado como uma das principais correntes teóricas das RI, junto com o realismo e o liberalismo (VIOTTI; KAUPPI, 2012). Ele é tido por muitos como um meio-termo – mas não uma síntese – entre o realismo e o liberalismo.

O meio termo entre abordagens racionalista e interpretativista relativista não é ocupado por uma versão interpretativista do racionalismo ou por alguma variante do 'refletivismo' como descrito por Keohane, assim como não o é por toda sorte de teorias críticas retratadas de modo impreciso por Mearsheimer, mas, na realidade, pelo *construtivismo*. (ADLER, 1999, p. 205, grifo no original).

O desenvolvimento do construtivismo no final da década de 1980 e no decorrer da década de 1990 ocorreu em meio a um debate intenso nas Ciências Sociais em geral, e nas Relações Internacionais em particular, sobre o lugar das ideias e dos valores na análise dos fenômenos sociais (NOGUEIRA; MESSARI, 2005). A partir daí, o construtivismo se consolidou como teoria dentro do estudo das

---

<sup>6</sup> Talvez o melhor termo a ser empregado fosse entre *positivistas* e *pós-positivistas*, conforme indicado por Yosef Lapid (SALOMÓN, 2002).

RI. Como toda a teoria social, ele funciona como uma lente para analisar fenômenos. Na base do argumento construtivista está a ideia de que (i) a realidade é socialmente construída; (ii) as estruturas são definidas também por ideias compartilhadas, e não apenas por forças materiais; e (iii) as identidades e os interesses dos atores são construídos por aquelas ideias compartilhadas (WENDT, 1999). Isso significa que ideias e normas têm um papel fundamental tanto na constituição da realidade e dos agentes, quanto na definição de identidades e interesses. Os atores estão imersos numa estrutura social que os constitui e que, por sua vez, é constituída também por esses atores no processo de interação.

“O construtivismo é uma maneira de estudar relações sociais – qualquer tipo de relações sociais”, assim define Onuf (1998, p. 58). O autor defende que o construtivismo não é uma teoria como tal, pois “ele não oferece explicações gerais para os que as pessoas fazem, porque as sociedades diferem, como o mundo muda” (ONUF, 1998, p. 58). Ao invés disso, a abordagem se preocuparia com as questões que pareceriam não estar relacionadas, pois os conceitos usados para se referir a essas questões também não estariam relacionados. Para o autor, o construtivismo se aplica a todos os campos de pesquisa social. Ainda nessa linha: “Em outras palavras, o construtivismo é um conjunto de lentes paradigmáticas através das quais observamos *todas* as realidades socialmente construídas, as ‘boas’ e as ‘más’.” (ADLER, 1999, p. 224, grifo no original).

As premissas fundamentais do construtivismo moldaram seu programa de pesquisa empírica em vários aspectos importantes (FINNEMORE; SIKKINK, 2001). Elas moldaram os tipos de perguntas que os construtivistas tendem a fazer dando uma maior abertura a questionamentos que outras abordagens supostamente não explicam, uma vez que, por hipótese ontológica, os construtivistas entendem que os atores são moldados pelo meio social em que vivem, e isso gera muitas outras implicações teóricas. Ao contrário dos defensores das teorias materialistas e utilitaristas, os construtivistas não podem tomar identidades e interesses como dados, e entender os processos pelos quais elas se originam e mudam tem sido uma grande parcela do programa de pesquisa construtivista, o qual entende que o mundo humano é um artifício, e não uma realidade dada; ele é construído através de ações dos próprios atores (KRATOCHWILL, 2001).

De acordo com Finnemore e Sikkink (2001), o construtivismo foca-se no papel das ideias, normas, conhecimento e cultura na política, enfatizando em particular o

papel das ideias intersubjetivas na sociedade. As autoras colocam que o construtivismo é uma abordagem de análise social que se concentra no *fato social*, coisas que existem porque coletivamente as pessoas acreditam que existam e agem por e para elas. Como por exemplo, o dinheiro, a soberania e os direitos. “Entender como os fatos sociais mudam e de que maneira isso influencia a política, é a maior preocupação das análises construtivistas.” (FINNEMORE; SIKKINK, 2001, p. 393, tradução nossa).

Segundo Fierke e Jørgensen (2001), duas tendências marcam o construtivismo nas RI na virada do século: primeiro, o debate entre construtivistas e racionalistas; e segundo a tentativa de diferenciar o construtivismo das outras correntes pós-positivistas. Também segundo eles, há vários construtivismos, provindo de tradições filosóficas diferentes, o que leva à provocação: “[...] constructivism ‘is what IR scholars make of it’ – o que sugere que qualquer coisa pode ser qualificada como construtivismo” (FIERKE; JØRGENSEN, 2001, p. 4, tradução nossa).

Ou seja, é difícil, pra não dizer impossível, falar de um construtivismo só. O construtivismo de Wendt – o autor que ficou mais famoso – é muito mais positivista e próximo das tradições racionalistas do que o construtivismo de Onuf – que foi quem trouxe o termo para as RI –, muito mais preocupado com a linguagem e a subjetividade, ou seja, mais próximo das tradições pós-positivistas. Essa variedade de correntes construtivistas parece ser um desafio em termos acadêmicos, pois fica difícil definir um único caminho para se seguir através da teoria. Por outro lado, essa característica pode ser considerada uma riqueza, pois permite diversas interpretações sobre a mesma realidade, inclusive questionamentos sobre a própria existência dessa realidade. Porém, todos os construtivistas têm em comum a crença no papel das normas, na construção social da política internacional e na intersubjetividade como elemento central de explicação, e é isso que permite agrupá-los sob uma categoria.

No capítulo 1 do trabalho discutiremos a relação entre o construtivismo e a sua preocupação com a linguagem. Mais especificamente, trataremos da contribuição de Onuf (1989, 1998) a esse respeito, através de suas considerações sobre os atos de fala e as implicações discursivas que eles possuem. Discutimos também o que é discurso e qual definição utilizamos para os propósitos deste trabalho. A partir daí, faremos uma breve incursão sobre o campo de estudo da

Análise de Discurso (AD) e sobre a contribuição de Fairclough (2001a, 2001b) para esse estudo e para os propósitos da nossa pesquisa. Abordaremos também a mudança discursiva do ponto de vista teórico, lançando assim as bases para a pesquisa empírica e suas análises. Terminaremos discutindo brevemente como a AD está presente no meio acadêmico das Relações Internacionais.

No capítulo 2 partiremos para a pesquisa empírica sobre o discurso e a aplicação da análise de discurso que construímos no decorrer do capítulo 1. Analisaremos e mapearemos as percepções de imagens e as mudanças discursivas presentes nos discursos chineses e americanos no Conselho de Segurança dentro do período proposto. Discutiremos as implicações contextuais das mudanças discursivas, levando em conta a política externa dos dois países, em especial a relação destes com o tema da paz e segurança na África. Ao cabo, discutiremos algumas implicações sobre a *prática social* do discurso nos textos analisados.

Por fim, nas considerações finais faremos um balanço dos resultados da pesquisa, apontaremos nossas limitações, indicaremos sugestões para pesquisas futuras ou mesmo ampliação desta, e discutiremos as implicações da pesquisa para a área de estudo das Relações Internacionais, considerando os pressupostos teóricos que utilizamos.

## 2. CAPÍTULO 1: O CONSTRUTIVISMO, O DISCURSO E A ANÁLISE DE DISCURSO

*“O discurso é uma prática, não apenas de representação do mundo, mas de significado do mundo, constituindo e construindo o mundo em significado.”*

*Norman Fairclough, 2001.*

### 2.1 A VIRADA LINGUÍSTICA E O CONSTRUTIVISMO DE ONUF

Uma das características mais marcantes do chamado terceiro debate nas RI centra-se na relação entre linguagem e realidade, o que se convencionou chamar de *virada linguística*. Tal movimento procura afastar a ideia de que a linguagem seria mera representação da realidade material da sociedade. A linguagem deve ser entendida então como criadora, pois algumas ações só se concretizam mediante a linguagem (GOMES, 2012).

Os racionalistas compartilham uma série de pressupostos sobre a natureza da política internacional. Como por exemplo, que os atores estatais são unitários e agem num mundo pré-concebido, seguindo razões instrumentais (ZEHFUSS, 2004). A racionalidade instrumental<sup>7</sup> seria o modo como os atores (na hipótese racionalista) agem; uma espécie de ligação cognitiva entre o ambiente externo (exógeno) e o comportamento dos atores, sendo que eles partilham dos mesmos conhecimentos sobre as possibilidades de ganhos dentro desse mundo pré-concebido<sup>8</sup> (KATZENSTEIN; KEOHANE; KRASNER, 1998). A hipótese da racionalidade instrumental é central, por isso, o termo racionalismo. O construtivismo, que seria o polo oposto no debate, desafia as conclusões do racionalismo, especialmente no que se refere à noção de realidade imutável da política internacional: o mundo social é construído, e não dado. Os Estados podem se guiar pelo auto-interesse, mas eles continuamente (re)definem seu significado, dado que suas identidades podem mudar. Interpretar os significados das mudanças políticas, ao invés de validar

---

<sup>7</sup> A hipótese racionalista instrumental apresentada por Katzenstein, Keohane e Krasner (1998) deriva da teoria dos jogos, segundo os próprios autores.

<sup>8</sup> Para maiores detalhes sobre os pressupostos racionalistas ver KATZENSTEIN; KEOHANE; KRASNER (1998), especialmente p. 679.

explicações empíricas de mecanismos independentes torna-se central (ZEHFUSS, 2004). Nesse momento, compreende-se o papel da linguagem para os construtivistas: a construção linguística da realidade social resulta em práticas discursivas que constituem as identidades e interesses dos agentes na política internacional (FINNEMORE; SIKKINK, 2001).

Um dos autores em RI classificado como pertencente à virada linguística, e que iremos nos apropriar, é Nicholas Onuf. O interesse de Onuf estaria na zona de convergência entre as Relações Internacionais e o Direito Internacional. Sua abordagem tem por objetivo criar um novo paradigma para as RI. Para ele, o construtivismo se aplica a todas as investigações sociais, e tem o potencial de reunir questões que pareciam sem relação (ZEHFUSS, 2004). Isso porque, segundo Onuf (1989; 1998), as relações internacionais são relações sociais, estudar a primeira é estudar a segunda. Para Onuf (1998), o que faz o ser humano ser (de fato) humano são suas relações sociais. Em outras palavras, são as relações sociais que nos fazem (ou nos constroem) no tipo de seres que somos.

[Por outro lado,] nós fazemos o mundo o que é, a partir das matérias-primas que a natureza fornece, por fazer o que fazemos uns aos outros e *dizendo o que dizemos uns aos outros*. De fato, *dizer é fazer*. Falar é a forma mais importante de fazer do mundo o que ele é. (ONU, 1998, p.59, grifo nosso, tradução nossa).

Na teoria de Onuf, os atos (*deeds*), que consistem nos atos de fala ou ações físicas, criam o mundo. Através desses atos é que os agentes fazem do mundo material “uma realidade social para si mesmos como seres humanos” (ONU, 1998, p.64).

Onuf interpreta o mundo como feito de uma esfera material e uma esfera social, que são distintas, mas estão intimamente ligadas (ZEHFUSS, 2004). “O construtivismo sustenta que as pessoas fazem a sociedade, e que a sociedade faz as pessoas. Isso é um contínuo processo de mão-dupla” (ONU, 1998, p.59, tradução nossa). Como um constrói o outro (sociedade-indivíduos), a sugestão do autor é que para estudá-los é preciso começar pelo meio. O meio seria uma ponte que liga as duas partes, um terceiro elemento: as regras. As regras sociais são o caminho pelo qual os indivíduos e a sociedade constituem-se continuamente e reciprocamente. Seria o caminho, a própria via de mão-dupla ligando as duas partes. Uma regra, por sua vez, seria uma afirmação que diz às pessoas o que devemos fazer. O termo regras inclui regras legais, mas não se restringe apenas a elas. Para

os construtivistas como Onuf, as regras fazem com que os seres humanos tornem-se agentes, dando a eles a oportunidade de agir sobre o mundo. As regras informam aos agentes como as coisas funcionam e o que eles devem fazer, por isso é que elas estabelecem essa ponte entre o indivíduo e a sociedade (ONUF, 1998). Conforme veremos adiante, as regras derivam dos atos de fala, e todo esse processo de constituição e interpretação das regras passa pela linguagem. Daí a importância que Onuf dá à linguagem em geral, e ao discurso em particular. É nesse ponto que, ao nosso entender, a análise de discurso é uma ferramenta útil aos estudos em que a linguagem é preocupação central.

Onuf (1998) chama de ato de fala<sup>9</sup> (*act of speech*) o ato de “falar de uma maneira que leve alguém a agir” (p. 66, tradução nossa). Ele categoriza esses atos de fala em três: atos de fala assertivos (*assertive speech acts*), atos de fala diretivos (*directive speech acts*), e atos de fala de compromisso (*commissive speech acts*). Os exemplos que ele dá sobre os tipos de atos de fala são os seguintes, respectivamente:

(1) Você afirma que a temporada dos patos começou (você pode de fato dizer, ‘A temporada dos patos começou!’). (2) Ela exige que nós todos cacemos patos (ela pode de fato dizer, ‘Vamos caçar patos!’). (3) Eu prometo assar um pato para o jantar (eu poderia de fato dizer, ‘Eu vou cozinhar!’). A forma geral para um ato de fala é: Eu (você, etc.) por este meio afirmo (exijo, prometo) a qualquer um que me ouve que um estado de coisas existe ou pode ser alcançado (ONUF, 1998, p.66, tradução nossa).

Os atos de fala se cumprirão dependendo se os outros respondem ao que eles ouvem. Independentemente a que categoria pertença um ato de fala específico, ele não tem implicações sobre situações futuras. No exemplo simplificado dos patos, nada se sabe sobre a próxima temporada. Porém, se um falante repete com frequência ao longo do tempo um ato de fala particular, as pessoas em volta começam a achar que a repetição possui algum significado. “Repetido constantemente, o mesmo velho ato de fala se transforma numa *convenção*, já que todos começam a acreditar que as palavras por si só, e não os que as pronunciaram, são responsáveis pelo que se sucede.” (ONUF, 1998, p. 66, grifo no original, tradução nossa). Uma convenção tem o poder de lembrar aos agentes o que eles sempre tem feito. Onuf (1998) coloca de maneira interessante que a fronteira entre saber que sempre fizemos determinada coisa e provavelmente

---

<sup>9</sup> Conceito obtido, segundo Onuf (1989), de Wittgenstein.

continuaremos fazendo, e acreditar que devemos fazer aquilo porque sempre o fizemos, é extremamente difusa. Se a convenção impele os agentes a fazer algo pelo fato de eles sempre fazerem, então essa convenção é uma regra – uma regra normativa, pois diz respeito ao dever fazer.

As regras podem tomar forma de atos de fala das três categorias vistas anteriormente: assertivos, diretivos e de compromisso. As regras em forma de atos de fala assertivos informam aos agentes sobre o mundo, como as coisas são e como funcionam; também informam quais as consequências de ignorar tais regras. A informação pode estar afirmada em termos gerais, e assim ser chamada de princípio. A soberania seria um exemplo notável disso. Ou a informação pode se encontrar em termos mais específicos, como por exemplo, instruções para operar aparelhos. Regras nessa forma particular são tidas como regras de instrução (ONUF, 1998).

Atos de fala diretivos são reconhecidos como imperativos. Regras nessa forma são regras diretivas, elas informam aos agentes o que eles devem fazer. Normalmente elas informam sobre as consequências de negligenciá-las (ONUF, 1998).

Atos de fala de compromisso envolvem promessas, os falantes fazem promessas que os ouvintes aceitam. Esses atos de fala de compromisso se transformam em regras quando os ouvintes, agora como falantes, respondem com suas promessas. O autor diz que quando essa rede de promessas está suficientemente generalizada e normativa, elas se tornam regras de compromisso. Seus efeitos são os direitos e deveres que os agentes sabem que possuem uns com os outros. O direito de um agente constitui-se no dever de outro (ONUF, 1998).

As regras podem ter suporte de outras regras, o que as torna mais fortes normativamente.

Por exemplo, o princípio da soberania é uma regra de instrução altamente formalizada que constitui a sociedade de Estados. Ela tem suporte de regras de compromisso que dão poder aos Estados, como agentes, para trazer novos membros a essa sociedade (ONUF, 1998, p. 69, tradução nossa).

As relações internacionais seriam, dessa forma, um ambiente legal, onde existem muito poucas regras diretivas formais, porém amplo número de outras regras, ligadas em dar suporte umas às outras (ONUF, 1998, p.69).

Interessante notar que os atos de fala são produzidos no discurso, e a partir daí, criam regras que são seguidas na prática política por meio de atos e outros discursos que acabam criando uma espécie de *jurisprudência discursiva normativa*; que ao final desse processo legitima o discurso anterior (e os atos de fala), tornando-os princípios e/ou convenções. A seguir faremos uma abordagem sobre o conceito de discurso e a relação com o presente trabalho.<sup>10</sup>

## 2.2 DISCURSO E OBJETO DE PESQUISA

Existem diversas definições sobre o conceito de discurso. Uma delas, mais simples, mas que aborda noções importantes é a do *Dicionário de Termos Linguísticos*:

Acontecimento estrutural manifestado em comportamento linguístico e não linguístico. Do ponto de vista da pragmática, discurso refere o modo como os significados são atribuídos e trocados por interlocutores em contextos reais. Num discurso particular, os enunciados são compreendidos por meio de referência a um conjunto particular de ideias, valores ou convenções que existem fora das palavras trocadas. Esta noção opõe-se à noção de texto que é encarado como pertencente ao domínio do sistema linguístico e como produto, enquanto discurso pertence ao domínio da linguagem em uso e é visto como processo. (XAVIER; MATEUS, 1992, p. 242).

Portanto, o discurso é todo acontecimento, manifestado de forma linguística ou não-linguística, que constitui significados a partir de um conjunto de ideias, valores ou convenções que o produtor do discurso possui e utiliza no momento da produção e propagação do discurso. Vale lembrar que esse conjunto de ideias, valores ou convenções não é individual e sim coletivo, pois provém da coletividade; e é apropriado pelo indivíduo por meio da linguagem. Gregolin (1995) entende o discurso como o percurso da geração de sentido em um texto, o lugar onde se manifesta o enunciador e onde pode se recuperar as relações entre o texto e o contexto sócio-histórico que o produziu.

Em Fairclough (2001a), o conceito de discurso usado é uma amálgama de duas faces diferentes. Uma seria o discurso

usado na linguística com referência a amostras ampliadas de linguagem falada ou escrita. Além de preservar a ênfase em aspectos organizacionais

<sup>10</sup> Quando apresentamos as ideias de Onuf já estamos falando em discurso, porém, para fins didáticos, preferimos tratar explicitamente dessa relação a posterior.

de nível superior, esse sentido de discurso enfatiza a interação entre falante e receptor(a) ou entre escritor(a) e leitor(a); portanto, entre processos de produção e interpretação da fala e da escrita, como também o contexto situacional do uso linguístico (FAIRCLOUGH, 2001a, p. 21).

A outra face seria o discurso usado na teoria e análise social – como em Foucault – que faz referência “aos diferentes modos de estruturação das áreas de conhecimento e prática social” (FAIRCLOUGH, 2001a, p. 21). Nesse sentido, os discursos podem se manifestar em modos particulares do uso da linguagem e em outras formas simbólicas, como em imagens visuais<sup>11</sup>. O discurso, para ele, é um modo de ação, uma forma em que as pessoas podem agir sobre o mundo e sobre os outros, assim como também um modo de representação (FAIRCLOUGH, 2001a).<sup>12</sup> Conforme discutimos no início do trabalho, nos apropriamos da AD por julgar que esta representa uma ferramenta valiosa para o propósito dos estudos sobre a linguagem e o discurso nas RI. Procuramos, então, um autor que satisfizesse nossas expectativas e auxiliasse nessa complementação teórica, e encontramos em Fairclough (2001a, 2001b) pensamentos valiosos que contribuem substancialmente para qualquer análise semelhante.

Com base nas definições trazidas, utilizaremos nesse trabalho o entendimento de que o discurso é aquele que traduz a linguagem em sentido – seja ela falada, escrita, ou qualquer outra forma da mesma –, imprimindo uma imagem ou identidade àquilo que se refere. Essa definição é necessária para entendermos o processo de análise de discurso e suas consequências. Partindo da concepção de Fairclough (2001a), onde o discurso tem duas faces, nosso objeto de estudo – os discursos do Conselho de Segurança – tanto possui sua característica linguística quanto social. Eles são amostras de linguagem escrita, na verdade transcrita, e também são prática social. Mais adiante esclareceremos o que queremos dizer com *discurso como prática social*. Não devemos fazer confusão entre os termos *discurso* – esse que acabamos de conceituar – e *discursos* – no sentido de fala, normalmente de caráter formal e oficial. Os discursos do Conselho de Segurança são de fato falas proferidas por representantes oficiais de governos, mas é também *discurso* no

---

<sup>11</sup> Para um debate mais amplo e detalhado sobre discurso ver Fairclough (2001a), especialmente p.21.

<sup>12</sup> A partir daqui podemos estabelecer uma relação entre o construtivismo e a análise de discurso, quando a última, através de seus autores, nomeadamente Fairclough, nos informa que através do discurso é que as pessoas agem sobre o mundo; assim como fazem os construtivistas como Onuf. Lembrar Onuf (1998): “Dizer é fazer”.

sentido linguístico porque são representações da linguagem gerando sentido. Na verdade, um está contido no outro<sup>13</sup>. É curioso notar que na língua inglesa essa confusão não existiria, pois para o discurso (fala) é usado o termo *speech*, e para o discurso (prática linguística) é usado o termo *discourse*.

### 2.3 ANÁLISE DE DISCURSO E OBJETO DE PESQUISA

A Análise de Discurso (AD) refere-se à tentativa de estudar a organização da linguagem sobre a frase ou oração e, a partir daí, unidades linguísticas mais amplas, como conversações ou textos escritos. A AD também se preocupa com o uso da linguagem em contextos sociais, em particular com a interação e diálogo entre falantes (STUBBS, 1983).

Leite (2012) pontua que existem duas correntes distintas de análise de discurso: a AD francesa e a AD de origem anglo-saxã.

Dessa forma, a AD francesa focaria sua análise principalmente no contexto histórico e social em que são feitas as enunciações, levando em conta aspectos ideológicos que influenciam o discurso do sujeito enunciador. A AD anglo-saxã privilegia análise do sujeito enquanto enunciador e a interpretação dos discursos (LEITE, 2012, p. 186).

Nosso foco está centrado nos enunciadores dos discursos – os delegados representantes de seus países – e na interpretação dos discursos – discursos como produtores de significados e imagens –, porém, sem deixar de lado o contexto histórico nos quais se inserem esses discursos. Não temos a pretensão de enveredar para uma análise de discurso complexa aos moldes da linguística, pois essa seria uma empreitada muito mais ambiciosa que não caberia nesse trabalho. Por isso, optamos por não declarar filiação a nenhuma corrente específica<sup>14</sup>.

A AD extrapola o domínio da Linguística, sendo uma ferramenta multidisciplinar que envolve outras áreas do conhecimento como a Filosofia, a Sociologia, a Política, a História e a Psicologia<sup>15</sup> (MELO, 2009; SILVA, 2005). A AD não funciona como as ciências naturais, cuja meta é encontrar regularidades e

---

<sup>13</sup> Qualquer discurso, político ou não, na forma oral ou textual é parte de uma prática discursiva, assim como qualquer texto.

<sup>14</sup> Embora Fairclough seja tido como expoente da tradição anglo-saxã em AD, com sua vertente chamada Análise de Discurso Crítica (ADC) (MELO, 2009).

<sup>15</sup> Através, por exemplo, do marxismo e da psicanálise (SILVA, 2005).

prescrever leis gerais. “A AD, por sua vez, preocupa-se em entender e interpretar sentidos que são socialmente construídos, ao invés de buscar determinantes causais dos fenômenos.” (GOMES, 2012, p. 668).

Em sua obra *Discurso e Mudança Social*, Fairclough (2001a) pretende reunir uma análise de discurso orientada linguisticamente e sociopoliticamente, na forma de um quadro teórico. Deixamos de lado o caráter de análise linguística, do sistema linguístico (análise formal), em nosso trabalho por não ser esse o objetivo; não nos preocuparemos com os aspectos sintáticos, semânticos e morfológicos. Na obra citada, Fairclough (2001a) apresenta o que ele chama de *concepção tridimensional do discurso*. O próprio autor a define como uma tentativa de reunir três tradições analíticas, cada uma indispensável na análise de discurso. Essa concepção é uma formação visualmente didática na forma de três conjuntos que contém uns aos outros: *texto*, *prática discursiva* e *prática social*, mas que devem ser entendidos como componentes uns dos outros (por isso tridimensional):



Figura 1: Concepção tridimensional do discurso (FAIRCLOUGH, 2001a, p. 101)

*Texto* é a linguagem falada e escrita, ou seja, é a forma como a prática discursiva se manifesta na linguística. Qualquer exemplo de discurso (ou evento discursivo) é um exemplo de *prática discursiva* e de *prática social*. A prática discursiva envolve processos de produção, distribuição e consumo textual. Sua natureza varia conforme o contexto social, pois os textos são produzidos de formas particulares com funções e objetivos distintos. São os efeitos sociais do discurso que

são focalizados na análise de discurso. Outro foco é na mudança histórica: como diferentes discursos se combinam a condições sociais novas para produzir um novo e complexo discurso (FAIRCLOUGH, 2001a).

Durante a análise, a parte do procedimento que trata da análise textual pode ser denominada *descrição*, e as partes que tratam da análise da prática discursiva e da análise da prática social da qual o discurso faz parte podem ser denominadas *interpretação* (FAIRCLOUGH, 2001a).

### 2.3.1 Discurso Como Prática Social

Já vimos que o discurso é um fenômeno linguístico (ou sociolinguístico). Destarte, os fenômenos linguísticos são fenômenos sociais, pois sempre que alguém fala, ouve, escreve ou lê, o faz de maneira determinada socialmente, e produz efeitos sociais. Da mesma maneira, muitos fenômenos sociais são linguísticos, porquanto a linguagem nos contextos sociais “não é mero reflexo ou expressão dos processos e práticas sociais, é *parte* desses processos e práticas” (FAIRCLOUGH, 2001b, grifo no original, tradução nossa). Deve-se frisar que a linguagem compõe a sociedade, ou seja, é uma parte dela. Enquanto todos os fenômenos linguísticos são sociais, nem todos os fenômenos sociais são linguísticos.

A prática social no discurso tem várias orientações – econômica, política, ideológica, cultural –, e é uma dimensão do evento discursivo, pois o discurso pode estar implicado em cada uma dessas orientações. Porquanto que, a prática discursiva faz parte de uma prática social maior, que engloba todas as relações entre o enunciador e o receptor, e também os fatores que interferem na forma como a mensagem é transmitida (LEITE, 2012). “Cada prática social produz e utiliza gêneros discursivos particulares, que articulam estilos e discursos de maneira relativamente estável num determinado contexto sócio-histórico e cultural.” (RESENDE; RAMALHO, 2006, p. 62). A prática discursiva não se opõe à prática social: a primeira é uma forma particular da última (FAIRCLOUGH, 2001a).

Podemos distinguir três aspectos dos efeitos construtivos do discurso: primeiro, o discurso contribui para a construção das *identidades sociais* e *posições de sujeito* para os *sujeitos sociais* e os tipos de *eu*. Segundo, o discurso contribui para construir as relações sociais. Terceiro, o discurso contribui para a construção

de sistemas de conhecimento e crença. Esses três efeitos correspondem a três funções de linguagem: *identitária, relacional e ideacional* (FAIRCLOUGH, 2001a).

A função identitária relaciona-se aos modos pelos quais as identidades sociais são estabelecidas no discurso, a função relacional a como as relações sociais entre os participantes do discurso são representadas e negociadas, a função ideacional aos modos pelos quais os textos significam o mundo e seus processos, entidades e relações (FAIRCLOUGH, 2001a, p. 92).

Para Fairclough (2001a), há uma relação dialética entre o discurso e a estrutura social; existindo mais uma relação entre a prática social (componente do discurso) e a estrutura social, em que uma é condição e efeito da outra. O discurso seria então, por um lado, moldado e restringido pela estrutura social, tanto no seu sentido mais amplo, como em todos os seus níveis. Mas, por outro lado, o discurso contribui para a constituição de todas as dimensões da estrutura social (a mesma estrutura que o molda e restringe).<sup>16</sup>

Resende e Ramalho (2006) propõem um quadro (figura 2) que agrupa o que as autoras chamam de *categorias analíticas* entre as três dimensões do evento discursivo propostas por Fairclough:

TEXTO	PRÁTICA DISCURSIVA	PRÁTICA SOCIAL
vocabulário gramática coesão estrutura textual	produção distribuição consumo contexto força coerência intertextualidade	ideologia sentidos pressuposições metáforas hegemonia orientações econômicas, políticas, culturais, ideológicas

Figura 2: Categorias analíticas propostas no modelo tridimensional (RESENDE e RAMALHO, 2006, p.29)

Discutiremos mais adiante, na seção 2.5, as noções de ideologia e hegemonia no discurso quando tratarmos da ordem de discurso. A seguir, porém, faremos uma breve incursão sobre a AD e o meio acadêmico das RI.

<sup>16</sup> Interessante notar um paralelo com os construtivistas (em grande parte baseados nas ideias de Anthony Giddens) sobre a relação agente-estrutura: o raciocínio é análogo, pois os agentes e as estruturas seriam mutuamente constitutivos (WENDT, 1987). Segundo a Teoria da Estruturação de Giddens, “a constituição da sociedade se dá de maneira bidirecional, ou seja, há uma *dualidade da estrutura social* que a torna o *meio* e o *resultado* de práticas sociais.” (RESENDE; RAMALHO, 2006, p. 41, grifo no original).

## 2.4 ANÁLISE DE DISCURSO E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Segundo Lene Hansen (2012), a Análise de Discurso foi trazida para a disciplina de Relações Internacionais pelos acadêmicos pós-estruturalistas. Utilizando-se do conceito de discurso, os pós-estruturalistas mostrariam que a distinção entre relações internacionais e política doméstica não é nem dada nem baseada em conceitos objetivos dentro desses dois campos, mas sim mantida através de discursos acadêmicos e políticos e práticas<sup>17</sup>. Essa definição é muito próxima dos trabalhos de vários construtivistas como Onuf (1989, 1998), Zehfuss (2004), Finnemore e Sikkink (2001), o que nos leva a constatar que devemos tomar cuidado com classificações para que elas não nos prendam a determinados gêneros de pensamento e cerceiem a multidisciplinaridade natural da disciplina de RI.

Ainda de acordo com Hansen (2012), a política externa depende de representações particulares dos países, lugares, e pessoas que essa política está auxiliando ou dissuadindo, assim como representações do *eu* nacional ou institucional que compreendem essa política. Já a linguagem não é um meio de transmissão transparente do mundo empírico, mas um meio de prática política. Por isso, a linguagem tem poder político (HANSEN, 2012). As suposições sobre o poder da linguagem sustentam tanto a abordagem da AD em RI quanto a abordagem linguística do construtivismo em RI. Para a autora, a fronteira entre esses construtivistas e os pós-estruturalistas é, muitas vezes, difusa, porém a trajetória institucional e sociológica que ancora cada um dos dois lados varia, e suas teorizações sobre linguagem e identidade também não são iguais.

De acordo com Buzan e Hansen (2009), os construtivistas críticos<sup>18</sup> – que para eles são os que se aproximam mais dos pós-estruturalistas – examinam a linguagem por uma perspectiva lógica ou hipotética, enquanto que os pós-estruturalistas a examinam empiricamente. Também, os construtivistas críticos se referem aos Estados como atores, não como sujeitos constituídos discursivamente,

<sup>17</sup> Devemos deixar claro mais uma vez que optamos por não trabalhar com o pós-estruturalismo e pós-modernismo por uma questão de escolha metodológica. Porém, não descartamos a importância e eventual utilização destes para os estudos que se propõem trabalhar com o discurso e a linguagem. Nesse sentido, destacamos os trabalhos de Ashley (1988), Campbell (1998), Hansen (2006) e Walker (1993).

<sup>18</sup> Buzan e Hansen (2009) dividem os construtivistas em “construtivistas convencionais” (como por exemplo, Wendt) e “construtivistas críticos” (como Adler e Fierke).

e há, segundo os autores, em alguns momentos uma “escorregada” entre identidade e papel. A identidade seria algo que um Estado possui, enquanto que para os pós-estruturalistas a identidade é constituída<sup>19</sup> discursivamente (BUZAN; HANSEN, 2009).

Gomes (2012) aponta como potencial da AD o fato de abrir-se um maior espaço para se pensar na constituição discursiva de identidades políticas, ameaças e espaços sociais e como tais construções impactam a nossa interpretação da realidade. “[...] a atuação internacional de um país depende da forma como este inscreve sentido e constrói objetos em determinadas situações e, conseqüentemente, que identidades específicas dá a outros Estados, regiões, pessoas e instituições” (GOMES, 2012, p. 669). Por outro lado, ele aponta também que por ser um trabalho demasiado interpretativista, não seria possível extrapolar os achados de determinado contexto para outras situações, caindo-se na questão de como avaliar a validade da análise. Enquanto em análises positivistas pode-se verificar empiricamente, na AD, um dos critérios para avaliar uma análise seria verificar se a mesma proporciona novas possibilidades de se interpretar os fenômenos sociais (GOMES, 2012).

De acordo com Finnemore e Sikkink (2001), os estudiosos em RI tendiam a tratar o discurso<sup>20</sup> como *cheap talk*<sup>21</sup>, a ser ignorado; ou como barganha para ser usado em interação estratégica<sup>22</sup>. No entanto, o discurso pode mudar ideias sobre quais objetivos são de grande valor e quais papéis as pessoas devem (ou deveriam) desempenhar na sociedade. Quando o discurso tem esses efeitos, ele está realizando um trabalho de construção social, criando novos entendimentos e novos fatos sociais que reconfiguram a política.

Vimos, então, que a AD já está presente no meio acadêmico de RI, tanto nas abordagens ditas construtivistas, como nas pós-estruturalistas. O que podemos concluir com isso é que a AD serve de ferramenta para todos aqueles que se propõem a estudar a influência da linguagem na prática política dentro das relações

---

<sup>19</sup> Interessante notar que os autores evitam usar o termo “construída”, talvez para se afirmarem como distintos dos construtivistas.

<sup>20</sup> *Discurso* no sentido de fala: “algum discurso político”, e não “o discurso político” em geral. Porém, como vimos todo discurso é texto, e, portanto, prática discursiva.

<sup>21</sup> Na teoria dos jogos, *cheap talk* é a comunicação entre os jogadores que não afeta diretamente as recompensas (*payoffs*) do jogo (FARREL; RABIN, 1996).

<sup>22</sup> Interação estratégica é outro conceito da teoria dos jogos. Diz respeito a uma negociação que precede o jogo (*Op. Cit.*).

internacionais. E esse é só mais um dos múltiplos aspectos em que podemos pensar a política internacional. A seguir, conceituaremos a *mudança discursiva*, ponto central para o objetivo da pesquisa, e também discutiremos suas implicações.

## 2.5 CONCEITUANDO MUDANÇA DISCURSIVA

Nosso objetivo principal é investigar a mudança discursiva nos discursos dentro do Conselho de Segurança que escolhemos. Para isso, devemos inicialmente trazer à tona o conceito de mudança discursiva.

A mudança discursiva ocorre quando determinado discurso muda sua estrutura para possivelmente produzir novos significados e entendimentos, em uma íntima relação com o contexto social. Ou seja, a mudança de discurso estabelece uma relação muito próxima com a mudança de contexto. No processo da mudança discursiva ocorre a reconfiguração ou a mutação dos elementos da ordem de discurso que atuam na relação entre as práticas discursivas.

De acordo com Fairclough (2001a), há uma relação dialética entre o evento discursivo e a ordem de discurso. Evento discursivo é qualquer exemplo de discurso (dentro de sua tridimensionalidade, ou seja, simultaneamente um texto, um exemplo de prática discursiva e um exemplo de prática social); e ordem de discurso (conceito formulado inicialmente por Foucault) diz respeito a como as convenções sociais estão estruturadas. Segundo Resende e Ramalho (2006, p. 19), ordem de discurso é “a totalidade de práticas discursivas dentro de uma instituição ou sociedade e o relacionamento entre elas.”

Então, é preciso entender o processo de mudança tanto no lado do evento discursivo quanto no lado da ordem discursiva. No caso da ordem discursiva, o que ocorre é a rearticulação e não a mudança, mas o efeito é o mesmo – rearticulação das convenções, de como elas estão estruturadas – Já as motivações de mudança no evento discursivo são causadas por novas convenções, ou até por convenções existentes, mas em novas combinações. Essas convenções se referem a, por exemplo, preceitos que permeiam um discurso já legitimado ou amplamente aceito. Nesse caso, um exemplo interessante são as relações entre homem e mulher na sociedade. Com a mudança nas convenções sobre gênero – especialmente sobre o papel da mulher na família e na sociedade – aparecem novos eventos discursivos.

O segundo olhar na relação dialética é a rearticulação das ordens de discurso. Com as novas combinações de convenções discursivas, está se produzindo mudanças estruturais nas ordens de discurso: acontece a desarticulação de ordens já existentes e a rearticulação de novas ordens de discurso, *novas hegemonias discursivas* (FAIRCLOUGH, 2001a). O autor utiliza-se do conceito de hegemonia em Gramsci por este harmonizar-se com a concepção de discurso que ele defende<sup>23</sup>. Hegemonia, nesse caso, é tanto dominação quanto liderança, e existe na sociedade em um *equilíbrio instável*, pronto a ser desafiado. Uma hegemonia discursiva é, então, um discurso que se coloca como dominador ou líder enquanto prática social, ou seja, nas relações sociais; mas também enquanto prática discursiva, ou seja, em relação a outros discursos e às tentativas de mudança discursiva (FAIRCLOUGH, 2001a).

Pode-se considerar uma ordem de discurso como a faceta discursiva do equilíbrio contraditório e instável que constitui uma hegemonia, e a articulação e rearticulação de ordens de discurso são, conseqüentemente, um marco delimitador na luta hegemônica. Além disso, a prática discursiva, a produção, a distribuição e o consumo (como também a interpretação) de textos são uma faceta da luta hegemônica que contribui em graus variados para a reprodução ou a transformação não apenas da ordem de discurso existente (por exemplo, mediante a maneira como os textos e as convenções prévias são articulados na produção textual), mas também das relações sociais e assimétricas existentes. (FAIRCLOUGH, 2001a, p. 123-124).

De acordo com Resende e Ramalho (2006), Fairclough caracteriza a hegemonia como o domínio exercido por um grupo sobre os demais, baseado mais no consenso do que no uso da força. Porém, essa dominação está em um equilíbrio instável, daí vem a concepção de *luta hegemônica*, que existe para atuar sobre pontos de instabilidade da hegemonia. A hegemonia de um grupo depende, em parte, de sua capacidade de criar práticas discursivas e ordens de discurso que a sustentem.

Ainda no exemplo das convenções sobre gênero, as hegemonias discursivas presentes no discurso sobre o papel da mulher na sociedade foram sendo desafiadas (ao longo do tempo) por novos eventos discursivos (contra-hegemônicos), com o intuito de desarticular as velhas ordens de discurso e provocar a mudança discursiva necessária para criar uma nova hegemonia discursiva sobre a

---

<sup>23</sup> Para uma conceituação mais detalhada sobre hegemonia ver Fairclough (2001a, p. 122).

relação homem/mulher. Portanto, é necessário que haja não só uma mudança no evento discursivo (novas convenções), mas também nas ordens discursivas.

Uma vez que para manter o poder depende-se da busca pelo consenso, não apenas o uso da força, a ideologia tem importância fundamental na sustentação das relações de poder. Uma vez que as ideologias têm existência material nas práticas discursivas, o estudo dessas práticas é, portanto, o estudo das formas materiais de ideologia. Determinados discursos podem ser vistos como ideológicos.

Um discurso particular (e, aqui 'discursos' refere-se ao conceito mais concreto) pode incluir presunções acerca do que existe, do que é possível, necessário, desejável. Tais presunções podem ser ideológicas, posicionadas, conectadas a relações de dominação (RESENDE; RAMALHO, 2006, p. 48).

Vimos então que a mudança discursiva depende tanto da criação de novas convenções no discurso como da rearticulação das ordens de discurso, e esse processo é ideológico e com objetivo hegemônico. Uma vez que o discurso novo consiga se estabelecer, em outras palavras, se consolidar como hegemônico, temos, então, uma nova ordem de discurso resultante de novas práticas discursivas. Essa nova configuração compreende agora um novo entendimento, um novo significado discursivo, que servirá de referência para as práticas políticas imediatamente posteriores.

Este capítulo serviu para assentar as bases da discussão sobre o uso da linguagem na política internacional, tendo como referência as tradições construtivistas e o trabalho de Onuf (1989, 1998), juntamente com o campo da AD e o trabalho de Fairclough (2001a, 2001b). Pudemos então montar um quadro teórico que servirá de referência para o propósito da pesquisa, mas também para refletir sobre assuntos instigantes no campo das Ciências Sociais. O próximo capítulo abordará nossa análise sobre os discursos dentro do Conselho de Segurança e as implicações que julgamos importantes.

### 3. CAPÍTULO 2: ANÁLISE DE DISCURSO E OS DISCURSOS DO CONSELHO DE SEGURANÇA

*“Politics partly consists in the disputes and struggles which occur in language and over language”.*  
*Norman Fairclough, 2001b*

Voltamo-nos agora para a parte empírica da pesquisa. Conforme nosso objetivo, devemos verificar e analisar as mudanças discursivas que ocorreram nos discursos da China e dos Estados Unidos no Conselho de Segurança das Nações Unidas sobre o tema da paz e segurança na África desde o 11 de setembro de 2001 até junho de 2014. Os textos transcritos dos discursos encontram-se publicados no *site* oficial da ONU<sup>24</sup>. São 31 reuniões do Conselho de Segurança que foram analisadas nesse período, a primeira datada de 29 de janeiro de 2002 e a última datada de 19 de junho de 2014. Os apêndices A e B (ao final do trabalho) informam o número e a data de cada reunião analisada, bem como trazem resumidamente os pontos relevantes abordados pelas delegações a partir da leitura dos documentos originais.

Com referência ao marco histórico adotado, destacamos que os eventos de 11 de setembro de 2001 “foram e têm sido apresentados como um momento de ruptura no sistema das relações internacionais, ou pelo menos como um elemento novo na agenda da política mundial [...]”, assim definiu Rubens Antônio Barbosa, ex-embaixador do Brasil nos EUA (BARBOSA, 2002, p.72). Para Guimarães (2008), o 11 de setembro inaugura uma nova etapa das relações internacionais contemporâneas. A partir dos ataques terroristas, a tônica da política externa do governo George W. Bush passa a ser *a guerra global ao terror*, afirmando a liderança hegemônica dos EUA como fator decisivo para a segurança internacional (GUIMARÃES, 2008). O próprio ex-presidente americano declarou que o 11 de setembro era um evento transformador para a política externa americana (FROELICH, 2005). Porém, Pecequillo (2008) aponta que o evento não é só produto de Bush, mas se relaciona a um processo histórico de longa duração de contestação

---

<sup>24</sup> Disponível em: <http://www.un.org/en/sc/meetings/>

hegemônica, aprofundado pela segregação da globalização e do neoliberalismo e ausência de reformas estruturais nas relações interestatais.<sup>25</sup>

Buzan (2002), por sua vez, não vê mudanças na estrutura das relações internacionais e não enxerga um horizonte de nova ordem mundial pós 11 de setembro. Essa é a opinião inclusive do próprio Barbosa (2002). Coincidentemente, conforme aponta Saraiva (2008), depois de 2001, a economia africana ressurgiu, acompanhando o novo ciclo de expansão da economia mundial.

No apêndice A, estão esquematizados todos os discursos analisados da delegação chinesa, e, no apêndice B, os da delegação americana. Foram analisadas 31 reuniões no total, porém, em nem todas estão presentes sempre os discursos de ambas as delegações. Pois, em alguns casos, a delegação prefere não proferir nenhuma fala – por razões próprias<sup>26</sup> –, ou a reunião em questão não prevê a fala de uma das delegações – por razões procedimentais<sup>27</sup> –, ou ainda, a delegação usa sua fala apenas para agradecimentos e comentários que não têm relação com o tema analisado – a percepção sobre paz e segurança internacional na África. De modo que, no caso chinês, foram usadas 31 falas transcritas para a pesquisa e, no caso americano, 25 – totalizando 56 documentos.

### 3.1 ANÁLISE DE DISCURSO: MUDANÇAS DISCURSIVAS E PERCEPÇÕES DE IMAGENS

Nosso objetivo nessa seção é utilizar a análise de conteúdo<sup>28</sup> para mapear e apontar as mudanças discursivas nos discursos trabalhados e construir o que chamamos de *percepções de imagens* que os discursos do conjunto de representantes de cada país conferem ao tema proposto: a paz e segurança na África.

Devemos lembrar que o discurso como prática discursiva tem uma íntima relação com o contexto das ações em política internacional. Não é difícil perceber

---

<sup>25</sup> Barry Buzan (2002), em um interessante artigo, discute as implicações do 11 de setembro sob a ótica de algumas abordagens teóricas em RI.

<sup>26</sup> Que não constam no documento.

<sup>27</sup> Por exemplo: a matéria da reunião trata apenas de esclarecimentos sobre votação.

<sup>28</sup> A análise de conteúdo é parte do processo de análise de discurso. Seria uma etapa inicial onde se toma o conteúdo do texto como amostra do processo que será estudado mais amplamente depois (RESENDE; RAMALHO, 2006).

essa relação quando se compara a política externa de determinado Estado com suas práticas discursivas no âmbito do Sistema Internacional. Assim, destacamos a íntima relação que o texto possui com o contexto. No caso deste trabalho, podemos levantar algumas fontes que demonstram isso. Por exemplo, Oliveira (2008) argumenta que a China não esconde que sua parceria com a África visa, dentre outras coisas, assegurar o acesso às riquezas naturais africanas para o desenvolvimento chinês. Mas, segundo o autor, a maneira como os chineses se aproximam dos africanos é bem diferente da dos ocidentais. O processo de cooperação sino-africano, representado pelo Foro de Cooperação África-China (FOCAC), prevê a busca pela cooperação com todos os países africanos, o que inclui diversas visitas regulares dos dirigentes de Pequim. Para Saraiva (2008), o ambiente político da cooperação abraça o econômico como parte da grande engenharia estratégica que foi elaborada, empiricamente, na base do isolamento político do regime chinês depois do evento de 4 de junho de 1989 – o massacre na Praça da Paz Celestial – e a solidariedade conferida por grande parte dos governos da África, depois de serem cortejados com recursos chineses.

Para Escosteguy (2011) o interesse dos EUA na África foi renovado devido a três fatores: a consolidação do continente como grande exportador de petróleo e outros recursos naturais, o combate ao terrorismo e presença crescente da China. Esses elementos representariam, na visão do autor, pano de fundo para a política praticada pelos EUA com relação aos temas de paz e segurança na África.

### **3.1.1 Discurso Chinês: texto e contexto**

Os 11 primeiros discursos (29 de janeiro de 2002 até 04 de abril de 2007) têm um conteúdo bastante parecido se olharmos de uma maneira geral.<sup>29</sup> As caracterizações sobre segurança e paz na África se repetem frequentemente nesses discursos, criando uma imagem discernível acerca da percepção chinesa. Essa percepção está baseada em algumas afirmações que se repetem, e que destacamos: 1) As ações do Conselho de Segurança têm sido inadequadas, haveria mais retórica do que ações reais eficazes; 2) Devem-se priorizar os temas africanos no Conselho; 3) Deve-se incentivar a cooperação com as organizações regionais

---

<sup>29</sup> Conforme pode ser atestado pela leitura do Apêndice A.

africanas, em particular com a União Africana (UA); 4) Necessidade da busca pela paz e estabilidade na África, que só será possível com desenvolvimento econômico; 5) É responsabilidade do Conselho de Segurança da ONU resolver conflitos na África; 6) Deve ser levada em conta a vontade dos países africanos e suas particularidades; 7) Devem-se tratar as causas dos conflitos africanos, que na maioria das vezes tem relação com o desenvolvimento socioeconômico.

Vejamos três exemplos para cada uma das sete afirmações e seus reflexos no contexto, ou seja, na política externa chinesa:

*Afirmiação 1 – As ações do CSNU têm sido inadequadas, haveria mais retórica do que ações reais eficazes:*

Mr. Qin Huasun: *Devemos também notar, entretanto, que as ações do Conselho até agora estão longe de serem adequadas. Há ainda mais retórica do que ações reais.*<sup>30 31</sup> (Reunião 4096 – 31 jan. 2000).

Mr. Wang Yingfan: *As Nações Unidas, incluindo o Conselho de Segurança, devem lutar por soluções eficazes para permitir à Organização melhorar sua capacidade de manutenção da paz e segurança internacionais.*<sup>32</sup> (Reunião 4766 – 30 maio 2003).

Mr. Hu Jintao: *Segundo, nós devemos melhorar a eficiência do Conselho de Segurança, assim ele pode responder mais eficazmente a ameaças.*<sup>33</sup> (Reunião 5261 – 14 set. 2005).

Percebemos, no discurso, uma contestação das ações do CSNU, que pode tanto significar preocupação com a maneira que o Conselho tem realizado suas ações, quanto pode representar o início de uma contestação sobre o mandato do órgão nessa área.

*Afirmiação 2 – Devem-se priorizar temas africanos no CSNU:*

Mr. Qin Huasun: *Eu desejo, no entanto, enfatizar que o Conselho, como questão de princípio, deve dar prioridade aos temas africanos [...].*<sup>34</sup> (Reunião 4096 – 31 jan. 2000).

<sup>30</sup> Todos os textos das reuniões estão em inglês, e as traduções são livres e feitas pelo autor. Os excertos originais estão indicados em notas.

<sup>31</sup> *We should also note, however, that the Council's action so far is far from adequate. There is still more rhetoric than real action.*

<sup>32</sup> *The United Nations, including the Security Council, should strive for effective solutions to enable the Organization to enhance its capacity for the maintenance of international peace and security.*

<sup>33</sup> *Secondly, we should improve the Security Council's efficiency so that it can respond more effectively to threats.*

<sup>34</sup> *I wish, however, to emphasize that the Council, as a matter of principle, should give priority to African issues [...].*

Mr. Zhang Yishan: *Resolver os conflitos africanos permanece uma tarefa árdua. Acreditamos que a chave para uma melhor resolução dessas questões encontra-se no tratamento adequado dos seguintes aspectos. Primeiro, devemos reafirmar que a comunidade internacional atribui a mais alta prioridade à questão da África.*<sup>35</sup> (Reunião 4538 22 maio 2002).

Mr. Hu Jintao: *[Terceiro,] devemos prestar mais atenção às preocupações africanas e aumentar o comprometimento do Conselho adequadamente.*<sup>36</sup> (Reunião 5261 – 14 set. 2005).

Destacamos aqui o posicionamento chinês em prol dos temas africanos no CSNU, o que está em consonância com sua política para a África, conforme vimos e pudemos atestar pela existência, por exemplo, do FOCAC.

*Afirmiação 3 – Deve-se incentivar a cooperação com as organizações regionais africanas, em particular com a UA:*

Mr. Qin Huasun: *[...] e trabalhar próximo às organizações regionais na África.*<sup>37</sup> (Reunião 4096 – 31 jan. 2000).

Mr. Wang Yingfan: *Isso é muito importante para o fortalecimento da comunicação, cooperação e coordenação entre o Conselho de Segurança e a UA, com vista a encontrar soluções para os problemas da África.*<sup>38</sup> (Reunião 4460 – 29 jan. 2002).

Mr. Zhang Yishan: *A china aprecia o papel positivo desempenhado pela União Africana, pela Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (ECOWAS), pela União do Rio Mano e por outras organizações regionais e sub-regionais a esse respeito. [...] É necessário que a comunidade internacional apoie, e trabalhe em coordenação com essas organizações nesses esforços [...].*<sup>39</sup> (Reunião 5005 – 16 jul. 2004).

Analisando essa afirmação, podemos inferir que o discurso chinês prevê que o CSNU deva trabalhar junto com as organizações regionais africanas (como a UA), dividindo as responsabilidades sobre a segurança, e/ou dando maior autonomia a elas. A estratégia de aproximação chinesa com a África, de acordo com Oliveira (2008) compreende uma série de ações diplomáticas de valorização do pan-africanismo. “O governo chinês tem clara percepção da importância retórica do pan-

<sup>35</sup> *Resolving the African conflicts remains an arduous task. We believe the key to better solving this issue lies in the proper handling of the following aspects. First, we should reaffirm that the international community attaches the highest priority to the question of Africa.*

<sup>36</sup> *Thirdly, we should pay closer attention to African concerns and increase the Council's commitment accordingly.*

<sup>37</sup> *[...] and work closely with regional organizations in Africa.*

<sup>38</sup> *This is very important to the strengthening of communication, cooperation and coordination between the Security Council and the OAU, with a view to finding solutions to the problems of Africa.*

<sup>39</sup> *China appreciates the positive role played by the African Union, the Economic Community of West African States (ECOWAS), the Mano River Union and other regional and subregional organizations in that regard. [...] It is necessary that the international community support, and work in coordination with those organizations in their efforts [...].*

africanismo para os líderes africanos, e não deixa de incorporar as preocupações correspondentes nos seus pronunciamentos políticos [...]” (CHRIS *apud* OLIVEIRA, 2008, p. 361).

O plano de aproximação do IV FOCAC, realizado em 2009, prevê o reforço e a colaboração com as organizações regionais e sub-regionais africanas, bem como a intenção dos países africanos e da China em promover a paz e a segurança regional (RYSZYK, 2010).

*Afirmiação 4 – Necessidade de busca pela paz e estabilidade na África, que só será possível com desenvolvimento econômico:*

Mr. Wang Yingfan: *De fato, a inabilidade para obter recursos econômicos e financeiros adequados tem um efeito negativo na promoção dos processos de paz.*<sup>40</sup> (Reunião 4766 – 30 maio 2003).

Mr. Zhang Yishan: [...] *Eliminar a pobreza é um requisito para a paz, o desenvolvimento e a estabilidade internacionais. E acabar com os conflitos é um pré-requisito para se eliminar a pobreza, garantindo segurança alimentar e alcançando desenvolvimento sustentável.*<sup>41</sup> (Reunião 5220 – 30 jun. 2005).

Mr. Yan Jiechi: *Desenvolvimento é a base para a paz na África. [...] Em última análise, a paz na África depende se há progresso econômico e social mais rápido [...].*<sup>42</sup> (Reunião 5749 – 25 set. 2007).

Vemos, nessa afirmação, que o discurso chinês insere um novo tema dentro do tema proposto (sobre segurança): o desenvolvimento econômico. Está presente, então, a ideia de que o desenvolvimento econômico também pode ser incluído como questão de segurança para a África.

A China sediou em 2006 a terceira reunião de cúpula do FOCAC. Na ocasião, o então presidente chinês Hu Jintao anunciou a duplicação da assistência financeira para a África, a abertura de linhas de crédito da ordem de US\$5 bilhões, o estabelecimento de um fundo sino-africano de desenvolvimento, dentre outras medidas (ESCOSTEGUY, 2011). “A China não somente se ajusta à evolução do pan-africanismo, como cuida também de orientar sua ajuda para o campo do

<sup>40</sup> *Indeed, the inability to procure adequate economic and financial resources has a negative effect on the promotion of peace processes.*

<sup>41</sup> [...] *Eliminating poverty is a requirement for international peace, development and stability. And ending conflict is a prerequisite for eliminating poverty, guaranteeing food security and achieving sustainable development.*

<sup>42</sup> *Development is the basis for peace in Africa. [...] In the last analysis, peace in Africa hinges on whether there is faster economic and social progress [...].*

desenvolvimento, mais interessante para os africanos do que o da segurança.” (OILIVEIRA, 2008, p. 361).

*Afirmção 5 – É responsabilidade do CSNU resolver conflitos na África:*

Mr. Qin Huasun: *A resolução oportuna e eficaz dos conflitos na África sempre foi uma tarefa fundamental para o Conselho de Segurança. [...] Fazendo isso, irá contribuir-se cada vez mais para a prevenção e resolução dos conflitos no continente africano, e estará desempenhando-se um papel cada vez mais ativo no exercício de sua responsabilidade para a manutenção da paz e segurança internacionais, como confiado pela Carta das Nações Unidas.*<sup>43</sup> (Reunião 4096 – 31 jan. 2000).

Mr. Wang Yingfan: *Como organismo primário de manutenção da paz e segurança mundiais, o Conselho de Segurança tem a responsabilidade em resolver o problema dos conflitos africanos.*<sup>44</sup> (Reunião 4460 – 29 jan. 2002).

Mr. Hu Jintao: *Essa reunião deveria renovar nossas promessas para a África e deveria encorajar o Conselho a aumentar sua presença na África [...].*<sup>45</sup> (Reunião 5261 – 14 set. 2005).

Essa afirmação, por si só, invalida a inferência que fizemos para a afirmação 3, no que diz respeito a dividir as responsabilidades do CSNU com as organizações africanas. Porém, como sabemos, nem sempre o que se diz é o que se pensa em política internacional, por isso, não invalidamos aquela suposição. Podemos supor que a afirmação 3 faz parte da retórica chinesa de aproximação com a África, ou ainda, que a afirmação 5 serve para posicionar o Conselho de maneira mais atuante no continente, levando em consideração que a China possui poder de veto dentro da instituição, conferindo a ela capacidade de moderação nas questões sobre a África.

*Afirmção 6 – Deve ser levada em conta a vontade dos países africanos e suas particularidades:*

Mr. Wang Yingfan: [...] *e em se prestando mais atenção à vontade do povo africano no processo de resolução de conflitos regionais, de modo*

---

<sup>43</sup> *The timely and effective resolution of conflicts in Africa has always been a major task for the Security Council. [...] By doing so it will surely contribute even more to the prevention and resolution of conflicts on the African continent and will play an even more active role in carrying out its responsibility for the maintenance of international peace and security, as entrusted to it by the Charter of the United Nations.*

<sup>44</sup> *As a primary organ for maintaining world peace and security, the Security Council has the responsibility of resolving the problem of African conflicts.*

<sup>45</sup> *This meeting should renew our pledges to Africa and should encourage the Council to increase its input in Africa [...].*

a formular estratégias relevantes para esse fim.<sup>46</sup> (Reunião 4460 – 29 jan. 2002).

Mr. Hu Jintao: [...] a ouvir mais atentamente as preocupações e propostas dos países africanos e de ter plenamente em conta o seu ardente desejo de paz, desenvolvimento e cooperação para que centenas de milhões de africanos possam realmente se beneficiar dos cuidados e apoio da comunidade internacional.<sup>47</sup> (Reunião 5261 – 14 set. 2005).

Mr. Zhang Yishan: O alívio das crises humanitárias na África deve se basear principalmente nos esforços dos países envolvidos, respeitando as suas opiniões e liderança e permitindo que suas respectivas iniciativas sejam plenamente cumpridas.<sup>48</sup> (Reunião 5331 – 19 dez. 2005).

Essa afirmação também está de acordo com a estratégia de aproximação chinesa no continente africano. De acordo com Oliveira (2008), os chineses da atualidade não se preocupam com a questão do *state-building* nos seus contatos com a África, trabalhando com o governo posto, sem tentar modificá-lo. “Na aproximação da China com a África, a palavra de ordem do Governo chinês tem sido a não intervenção nos assuntos internos dos países africanos.” (ESCOSTEGUY, 2011). O governo chinês dispõe-se a realizar investimentos sem condicioná-los a mudanças na política interna dos países. A única condição é o não reconhecimento de Taiwan como nação independente (RYSZYK, 2010).

*Afirmiação 7 – Devem-se tratar as causas dos conflitos africanos, que na maioria das vezes tem relação com o desenvolvimento socioeconômico:*

Mr. Wang Yingfan: Acreditamos que somente através do aumento da ajuda ao desenvolvimento de países africanos e ajudando-os a desenvolver suas economias e erradicar a pobreza podemos estabelecer uma base sólida para uma solução abrangente aos conflitos africanos.<sup>49</sup> (Reunião 4460 – 29 jan. 2002).

Mr. Zhang Yishan: [...] bem como ajudar os países da região a participar no desenvolvimento econômico e realizar o desenvolvimento

---

<sup>46</sup> [...] and in its paying more attention to the will of the African people in the process of resolving regional conflicts, so as to formulate relevant strategies to that end.

<sup>47</sup> [...] to listen more attentively to the concerns and proposals of African countries and to take fully into account their fervent desire for peace, development and cooperation so that hundreds of millions of African people can truly benefit from the care and support of the international community.

<sup>48</sup> The alleviation of the humanitarian crises throughout Africa should rely mainly on the efforts of the countries concerned, while respecting their opinions and leadership and allowing their respective initiatives to be fully carried out.

<sup>49</sup> We believe that only by increasing development aid to African countries and helping them develop their economies and eradicate poverty can we lay a solid foundation for a comprehensive solution to African conflicts.

*sustentável, a fim de combater as causas do conflito em suas raízes.*<sup>50</sup> (Reunião 5005 – 16 jul. 2004).

Mr. Liu Zhenmin: [...] *Além disso, longos períodos de subdesenvolvimento econômico levaram a pobreza generalizada e suas tragédias humanas concomitantes.*<sup>51</sup> (Reunião 5655 – 4 abr. 2007).

Essa última afirmação reitera, de certa forma, a afirmação 4, que insere o elemento do desenvolvimento econômico como preocupação de segurança. Mas também insere um elemento novo e mais objetivo: que se tratem as causas dos conflitos. Isso confere, de fato, uma maior responsabilidade do CSNU e também um maior e mais profundo engajamento nas questões africanas.

De acordo com Saraiva (2008), já nos fins da década de 1980 e início dos anos 1990, começava a conexão da China com a África, através da iniciativa do primeiro ministro Li Peng. Para o autor, a estratégia chinesa é clara:

a) exportação para a África do modelo chinês de tratamento dos temas da agenda internacional, apresentando-se como uma representante natural dos países em desenvolvimento; b) exportação de bens industriais e armas e importação de produtos primários; c) exploração de todas as fontes possíveis e necessárias de recursos minerais, estratégicos e de energia que garanta a sustentabilidade do crescimento econômico chinês (SARAIVA, 2008, p.97).

De acordo com Escosteguy (2011), o volume de comércio sino-africano em 1999 não passava de US\$2 bilhões, já em 2006 alcançou o patamar de US\$55,5 bilhões. Grande parte disso está ligada ao comércio do petróleo, mas não se limita apenas a ele. A China, por exemplo, se tornou uma grande investidora em projetos de infraestrutura na África. Desenhado o panorama geral do discurso chinês para a África, a próxima seção dedicar-se-á a apontar as mudanças discursivas que julgamos ter encontrado.

### **3.1.2 Mudanças Discursivas nos Discursos Chineses**

A partir desse momento, dedicaremos atenção às mudanças discursivas encontradas. A partir do 12º discurso analisado (28 de agosto de 2007), percebemos uma mudança parcial de enfoque. Fala-se pela primeira vez em diplomacia preventiva como solução frente aos gastos demasiados com operações de

<sup>50</sup> [...] *as well as to help the countries of the region to engage in economic development and realize sustainable development in order to tackle the causes of conflict at their roots.*

<sup>51</sup> [...] *Moreover, long periods of economic underdevelopment have led to widespread poverty and its concomitant human tragedies.*

manutenção da paz. Não chega a ser uma mudança estrutural, pois não muda de forma consistente nenhuma das afirmações acima, nem modifica substancialmente a percepção chinesa sobre a paz e a segurança no continente. Ou seja, não se trata de uma convenção que altera a hegemonia discursiva. Há, ainda, um reforço de algumas das afirmações, como a 3 (“Deve-se incentivar a cooperação com as organizações regionais africanas, em particular com a União Africana”); a 6 (“Deve ser levada em conta a vontade dos países africanos e suas particularidades”); e a 7 (“Devem-se tratar as causas dos conflitos africanos, que na maioria das vezes tem relação com o desenvolvimento socioeconômico”).

No 13º discurso (25 de setembro de 2007), há mais uma vez reforços das afirmações gerais, nesse caso, da 3 (“Deve-se incentivar a cooperação com as organizações regionais africanas, em particular com a União Africana”); da 4 (“Necessidade da busca pela paz e estabilidade na África, que só será possível com desenvolvimento econômico”); da 5 (“É responsabilidade do CSNU resolver conflitos na África”); e da 6 (“Deve ser levada em conta a vontade dos países africanos e suas particularidades”). Há, porém, um novo elemento colocado: fala-se que deve haver respeito pelas condições naturais e modelos de desenvolvimento dos países africanos, e que não se deve impor um *modo* sobre eles. Apesar de ser semelhante ao estabelecido na afirmação 6, essa nova sentença é mais objetiva e tem um peso político maior, pois posiciona a China claramente em torno de um viés não-intervencionista e suscita uma oposição frente a visões que preferem apoiar modelos específicos de ação e desenvolvimento para a África de um modo geral.<sup>52</sup>

Acreditamos que há uma mudança discursiva no 14º discurso (16 de abril de 2008), na qual o delegado chinês Emb. Wang Yi afirma que: “*Embora mantendo sua autoridade, o Conselho de Segurança deve dar prioridade em apoiar o papel-chave da União Africana em resolver os conflitos regionais e deve prestar consideração às*

---

<sup>52</sup> O vice-presidente executivo da Academia Chinesa de Ciências Sociais, Wang Weiguang, em trabalho apresentado em abril de 2008 em uma conferência sobre a China realizada no Palácio do Itamaraty (Rio de Janeiro) afirma que eles (os chineses) sempre acreditaram “que não existe só uma forma de crescimento para todos os países do mundo, e a forma chinesa de desenvolvimento só se aplica às condições nacionais da China”. Reitera que a China “não copiará outros países, nem pedirá a outros países que copiem o seu modelo de desenvolvimento, por razão alguma” (WEIGUANG, 2008, p. 203).

*visões da União Africana*<sup>53</sup>. Sem abandonar o papel do CSNU, em especial sua autoridade para tomar decisões, a fala privilegia uma participação ativa da União Africana na resolução dos conflitos africanos, o que antes não era defendido de forma explícita. A noção de segurança africana começa a ser redesenhada com base na atuação e responsabilidade das próprias organizações africanas. Isso significa transferir o problema para o âmbito multilateral regional, e essa passa a ser uma ideia bastante presente nos discursos chineses.

Identificamos, portanto, uma mudança discursiva: uma nova convenção (*a União Africana deve resolver os conflitos regionais*) substitui, dentro do discurso chinês, a convenção anterior (representada pela afirmação 5: “é responsabilidade do CSNU resolver conflitos na África”).

A partir daí, há um reforço e ampliação constantes nos discursos chineses das afirmações 3 (“Deve-se incentivar a cooperação com as organizações regionais africanas, em particular com a União Africana”); 6 (“Deve ser levada em conta a vontade dos países africanos e suas particularidades”); e 7 (“Devem-se tratar as causas dos conflitos africanos, que na maioria das vezes tem relação com o desenvolvimento socioeconômico”). A responsabilidade do Conselho de Segurança para com a África passa a ser cooperar com e auxiliar a União Africana, a qual teria um mandato mais legítimo para atuar diretamente. Essa cooperação e auxílio deve ser tanto técnica quanto financeira. Há também uma repetição constante de que os problemas africanos devem ser resolvidos pelos próprios africanos, pois estes teriam um entendimento e uma legitimidade maiores para lidar com seus problemas, cabendo à comunidade internacional respeitar suas decisões. Em vários discursos pode-se, também, encontrar a ideia de que ajudar efetivamente a África a alcançar crescimento econômico e progresso social é o meio fundamental para se resolver as causas dos conflitos<sup>54</sup>.

De um modo geral, o discurso chinês é mais homogêneo, normativo e retórico do que o americano<sup>55</sup>. Há um fortalecimento maior do multilateralismo e do regionalismo, representado pelas constantes afirmações e recomendações acerca do papel das organizações internacionais, em especial a UA e a própria ONU.

---

<sup>53</sup> *While maintaining its authority, the Security Council should give priority to supporting the key role of the African Union in resolving regional conflicts and should give full consideration to the views of the African Union.*

<sup>54</sup> Algo muito próximo do que estabelecemos como afirmação 7.

<sup>55</sup> Conforme se pode perceber pela leitura dos Apêndices A e B

### 3.1.3 Discurso americano: texto e contexto

Diferentemente dos chineses, os discursos americanos variam mais em suas abordagens, não sendo tão homogêneos quanto os dos primeiros. O discurso americano é mais heterogêneo e mais pragmático do que o chinês, se prendendo mais às situações que ocorreram naquele momento do que a uma abordagem histórico-estrutural (como faz o chinês). O teor do discurso, apesar de versar sobre o mesmo tema, centra-se mais nas ações americanas no continente africano. Por isso eles têm um caráter mais propositivo e prático, ainda que as propostas se baseiem em entendimentos unilaterais sobre como combater os problemas e quais são suas causas. Estabelecemos então uma clivagem no tratamento do conteúdo das falas: de um lado a relação Estados Unidos/África, e do outro Conselho de Segurança/África. No primeiro caso, os EUA trazem uma imagem de ajudantes da África, e são propositivos em diversas falas. No segundo caso, o discurso é mais estrutural e diz respeito às atuações da ONU e das organizações regionais africanas. Vejamos dois exemplos para cada caso:

#### Relação EUA/África:

Mr. Negroponte: *O Presidente e a Administração estão implementando a Lei de Oportunidade e Crescimento Africano como um roteiro para a forma como os Estados Unidos e África podem aproveitar o poder dos mercados para melhorar a vida dos nossos cidadãos.*<sup>56</sup> (Reunião 4460 – 29 jan. 2002).

Mr. Wolf: *Os Estados Unidos acreditam que a crise alimentar é uma ameaça não só para o bem-estar dos povos da África, mas também para a estabilidade regional e a segurança, a qual é uma das razões de termos triplicado nosso compromisso de ajuda à África no ano passado.*<sup>57</sup> (Reunião 5331 – 19 dez. 2005).

#### Relação Conselho/África:

Mr. Williamson: *O que o Conselho de Segurança e as Nações Unidas podem fazer é ficarem prontos, de modo que, quando os fatores*

<sup>56</sup> *The President and the Administration are implementing the African Growth and Opportunity Act, as a roadmap for how the United States and Africa can tap the power of markets to improve the lives of our citizens.*

<sup>57</sup> *The United States believes that a food crisis is a threat not only to the welfare of the peoples of Africa but also to regional stability and security, which is one reason we have tripled our commitment of aid to Africa in the past year.*

*externos caírem, podemos apoiar os esforços entre as partes para construir a paz. As Nações Unidas e o Conselho de Segurança também podem ajudar a promover um ambiente que permita à paz enraizar-se caso as partes queiram.*<sup>58</sup> (Reunião 4577 – 18 jul. 2002).

*Mr. Cunningham: Quando olhamos para os muitos pontos de conflito na África, muitos dos quais já foram abordados hoje, buscamos encontrar formas de construir um compromisso sustentado do Conselho e das Nações Unidas, mas, muito importante – como alguns outros já apontaram – a partir dos próprios africanos.*<sup>59</sup> (Reunião 4766 – 30 maio 2003).

A relação EUA/África centra-se nos programas de ajuda e capacitação para os países africanos resolverem seus problemas. Esses programas são, na maioria das vezes, de caráter bilateral, entre os EUA e algum país africano, ou multilateral, tendo os EUA como provedor e polo da relação:

*Mr. Wolf: O Sudão continua a ser uma prioridade para os Estados Unidos. Entre os nossos parceiros internacionais, os Estados Unidos desempenham um papel de liderança no apoio ao Acordo de Paz Global e as negociações de Abuja [...].*<sup>60</sup> (Reunião 5331 – 19 dez. 2005).

*Ms. Wolcott Sanders: Os Estados Unidos fornecem ajuda humanitária significativa para as populações afetadas em Darfur e aos refugiados sudaneses no Chade. No último ano fiscal, nós fornecemos mais de US\$500 milhões em assistência humanitária em Darfur e no leste do Chade.*<sup>61</sup> (Reunião 5571 – 22 nov. 2006).

*Ms. Rice: Os Estados Unidos já assumiu um papel de liderança no esforço para desenvolver as capacidades de manutenção da paz na África e para apoiar as operações já em campo. Começando com a Iniciativa de Resposta a Crises Africanas na década de 1990 e com treinamento e equipamentos de apoio dos Estados Unidos para contingentes africanos que se desdobrou depois para a Missão das Nações Unidas em Serra Leoa, os Estados Unidos lideraram esforços para ajudar a construir capacidades de manutenção da paz africanas. Assim, desde 2005, temos treinado e equipado mais de 68 mil tropas de paz africanas de 22 países através do*

<sup>58</sup> *What the Security Council and the United Nations can do is to stand ready, so that, when the external factors fall into place, we can support the parties' own efforts to make peace. The United Nations and the Security Council also can help to foster an environment that permits peace to take root if the parties want it.*

<sup>59</sup> *As we look at the many trouble spots in Africa, many of which have already been addressed today, we seek to find ways to build sustained commitment from the Council and from the United Nations, but, very importantly — as some others have already pointed out — from Africans themselves.*

<sup>60</sup> *The Sudan remains a top priority for the United States. Among our international partners, the United States plays a lead role in supporting the Comprehensive Peace Agreement and the Abuja talks [...].*

<sup>61</sup> *The United States provides significant humanitarian assistance to affected populations in Darfur and to Sudanese refugees in Chad. [...] In the last fiscal year, we provided over \$500 million in humanitarian assistance in Darfur and eastern Chad.*

*programa Global Peace Operation Initiative's African Contingency Operations Training and Assistance.*<sup>62</sup> (Reunião 6092 – 18 mar. 2009).

Segundo Oliveira (2008), os objetivos estratégicos dos americanos são semelhantes aos dos chineses:

Trata-se, nos dois casos, de incrementar a produção de hidrocarbonetos na África, assegurando um maior fluxo dos mesmos para as respectivas economias; de financiar grandes projetos de infraestrutura que facilitem os dois objetivos anteriores; e de promover um ambiente de paz e prosperidade na África, com reflexos positivos para o resto do mundo (OLIVEIRA, 2008, p. 345).

As divergências estariam nos agentes econômicos responsáveis pelos investimentos financeiros, que no caso dos chineses há uma maior presença do Estado nesses investimentos.

Destacamos como percepções de imagem sobre a África por parte dos EUA as seguintes afirmações: 1) Há uma instabilidade que precisa ser solucionada com boa governança (em alguns momentos fala-se em democracia, liberalização e investimentos); 2) O comando das mudanças necessárias está nas mãos dos próprios africanos; 3) Há muitas crises e problemas na África, e todos impactam na segurança, sendo tratados como problemas de segurança; 4) Há que se melhorar tanto a atuação da ONU como a das organizações regionais como a UA; 5) Precisa haver um fortalecimento na cooperação entre a ONU e as organizações regionais para aumentar sua eficiência.

Vejamos, também, três exemplos para cada uma das afirmações:

*Afirmiação 1 – Há uma instabilidade que precisa ser solucionada com boa governança:*

Mr. Negroponte: *Em todos os casos, no entanto, o progresso em acabar com esses conflitos requer, em primeiro lugar, que os líderes e governos africanos tomem medidas ousadas para a paz. Sustentar esse progresso vai exigir medidas igualmente ousadas para fortalecer a democracia, governança e o domínio da lei na África. Construir boa governança e fortalecer o domínio da lei são desafios urgentes e são*

---

<sup>62</sup> *The United States has already taken a leading role in the effort to build up Africa's peacekeeping capacities and to support operations already in the field. Starting with the African Crisis Response Initiative in the 1990s and United States training and equipment support for African contingents that deployed then to the United Nations Mission in Sierra Leone, the United States has led efforts to help build African peacekeeping capacity. Just since 2005, we have trained and equipped more than 68,000 African peacekeeping troops from 22 countries through the Global Peace Operation Initiative's African Contingency Operations Training and Assistance programme.*

*cruciais para a manutenção da paz duradoura na África.*<sup>63</sup> (Reunião 4460 – 29 jan. 2002).

Mr. Cunningham: *Além disso, a longo prazo, o apoio para a resolução e prevenção de conflitos é melhor orientado pelo respeito aos direitos humanos internacionais e normas humanitárias, bem como um compromisso com a boa governança. O Governo dos Estados Unidos está atualmente envolvido em uma variedade de programas em vários países africanos destinadas a promover a democracia, a boa governança e o desenvolvimento econômico. Esperamos, também, trabalhar com os nossos parceiros africanos para promover esses objetivos através do Millennium Challenge Account, que tem a boa governança, a política econômica sã e o investimento nas pessoas como seus três pilares.*<sup>64</sup> (Reunião 4766 – 30 maio 2003).

Mr. DeLaurentis: *Enquanto que todo conflito violento é único e tem sua própria história, vários fatores alimentam ou intensificam o risco, incluindo a pobreza, a desigualdade real ou percebida, a ausência de boa governança e do domínio da lei, a proximidade à instabilidade e ciclos de conflito anteriores. A privação de direitos dos jovens, minorias e outros grupos, ou a sua manipulação deliberada por líderes não democráticos, são potenciais condutores explosivos de conflito. Por outro lado, as instituições de governança capazes e legítimas criam segurança, previsibilidade e confiança mútua, as quais permitem que indivíduos e comunidades resolvam disputas e pratiquem política pacificamente.*<sup>65</sup> (Reunião 6946 – 15 abr. 2013).

Percebemos, nessa primeira afirmação, que o discurso americano traz um problema e uma solução. O problema seria a existência de uma instabilidade e a solução seria a boa governança. O modelo de boa governança na visão americana é, então, defendido como solução e contribuição dos EUA para essa questão.

---

<sup>63</sup> *In every case, however, progress in ending these conflicts required first and foremost that African leaders and Governments take bold steps for peace. Sustaining this progress will require equally bold steps to strengthen democracy, governance and the rule of law in Africa. Building good governance and strengthening the rule of law are pressing challenges and are crucial to maintaining lasting peace in Africa.*

<sup>64</sup> *Also, in the long term, support for conflict resolution and prevention is well served by respect for international human rights and humanitarian norms, as well as a commitment to good governance. The United States Government is currently involved in a variety of programmes in several African countries designed to promote democracy, good governance and economic development. We also hope to work with our African partners to further promote these goals through the Millennium Challenge Account, which has good governance, sound economic policy and investment in people as its three pillars.*

<sup>65</sup> *While every violent conflict is unique and has its own history, several factors fuel or intensify risk, including poverty, real or perceived inequality, the lack of good governance and the rule of law, proximity to instability and cycles of previous conflict. The disenfranchisement of youth, minorities and other groups, or their deliberate manipulation by non-democratic leaders, are explosive potential drivers of conflict. On the other hand, capable and legitimate governance institutions create security, predictability and mutual confidence, which allow individuals and communities to resolve disputes and practice politics peacefully.*

Froelich (2005) argumenta que as ações americanas de *soft power* têm, entre seus objetivos, promover a expansão da democracia representativa liberal. E que esse objetivo é fundamental para a manutenção da estabilidade e da segurança internacional, almejadas pela chamada *Pax Americana*. Outras ferramentas de *soft power* se manifestam por meio do comércio internacional e da ajuda financeira aos países pobres, elementos estes que sustentam outros objetivos importantes: o avanço das economias de mercado e o fortalecimento do capitalismo (FROELICH, 2005).

*Afirmiação 2 – O comando das mudanças necessárias está nas mãos dos próprios africanos:*

Mr. Holbrooke: *O terceiro objetivo do nosso mês foi, sem dúvida, o mais urgente: ajudar os líderes africanos a resolver os conflitos purulentos que estão rasgando o continente.*<sup>66</sup> (Reunião 4096 – 31 jan. 2000).

Mr. Negroponte: [...] *Mas é importante ressaltar que nós – este Conselho e os Estados Unidos em seus esforços bilaterais – só podemos alimentar a mudança na África. Não podemos comandá-la. Os governos e os próprios líderes africanos têm que sustentar os esforços necessários para acabar com os conflitos no continente.*<sup>67</sup> (Reunião 4460 – 29 jan. 2002).

Mr. Patterson: *As nações africanas continuam a ser responsáveis pelo bem-estar de seus cidadãos. Eles devem tomar as medidas apropriadas para abordar as causas profundas das crises.*<sup>68</sup> (Reunião 5220 – 30 jun. 2005).

A partir dessa afirmação, podemos supor que há um entendimento na política externa americana de que a responsabilidade para resolver os problemas africanos é dos próprios africanos, cabendo aos EUA e ao CSNU a tarefa de ajudá-los.

*Afirmiação 3 – Há muitas crises e problemas na África, e todos impactam na segurança:*

Ms. Wolcott Sanders: *A questão da paz e segurança na África é uma preocupação premente para os membros do Conselho, e a União Africana (UA) e suas organizações sub-regionais têm desempenhado um*

---

<sup>66</sup> *The third objective of our month was unquestionably the most urgent: to help Africa's leaders solve the festering conflicts that are ripping the continent apart.*

<sup>67</sup> [...] *But it is important to underscore that we — this Council and the United States in its bilateral efforts — can only foster change in Africa. We cannot command it. African Governments and leaders themselves have to sustain the efforts needed to end the conflicts on the continent.*

<sup>68</sup> *African nations themselves remain responsible for the well-being of their citizens. They must take appropriate actions to address the root causes of crises.*

*papel inestimável levando muitos dos conflitos da África em direção à resolução pacífica.*<sup>69</sup> (Reunião 5649 – 28 mar. 2007).

Mr. DeLaurentis: [...] *Primeiro, precisamos estar muito mais sérios sobre a erradicação da pobreza. Pobreza sozinha não provoca conflito, mas em combinação com outros fatores, aumenta dramaticamente o risco. [...] Segundo, precisamos fortalecer nosso foco na governança e desafios institucionais, incluindo o ambiente de segurança necessário para a boa governança tomar posse. Operações de manutenção da paz das Nações Unidas, quando apropriado, podem trazer segurança crítica e estabilidade política que dão aos atores nacionais espaço para construir as suas próprias instituições e realizar transições de poder pacíficas, bem como fornecer uma base para o crescimento econômico.*<sup>70</sup> (Reunião 6946 – 15 abr. 2013).

Ms. Power: *Acreditamos que, no Sahel, como em outros lugares, um sistema político aberto e inclusivo pode fornecer uma base para a resolução de problemas, ao mesmo tempo reduzir o apelo de grupos extremistas violentos. Construir capacidades de segurança, especialmente em Estados onde as instituições políticas são frágeis é difícil, mas essencial.*<sup>71</sup> (Reunião 7081 – 12 dez. 2013).

Percebemos que diversos temas são tratados como problemas de segurança, algo próximo do que identificamos também no discurso chinês. Isso acarretaria, então, em um mandato inchado do CSNU, o qual precisaria atuar em diversas frentes, algo que também restringe a participação de outros Estados da comunidade internacional.

*Afirmiação 4 – Há que se melhorar tanto a atuação da ONU como a das organizações regionais como a UA:*

Mr. Bush: *Apoiamos a necessidade de melhorar a habilidade da União Africana e das organizações sub-regionais para implementar ambos*

---

<sup>69</sup> *The issue of peace and security in Africa is of pressing concern for the members of the Council, and the African Union (AU) and its subregional organizations have played an invaluable role in bringing many of Africa's conflicts towards peaceful resolution.*

<sup>70</sup> [...] *First, we need to get much more serious about poverty eradication. Poverty alone does not cause conflict, but in combination with other factors, it dramatically increases the risk. [...] Secondly, we need to strengthen our focus on governance and institutional challenges, including the security environment needed for good governance to take hold. United Nations peacekeeping operations, when appropriate, can bring about critical security and political stability that give national actors the space to build their own institutions and carry out peaceful power transitions, as well as provide a foundation for economic growth.*

<sup>71</sup> *We believe that in the Sahel, as elsewhere, an open and inclusive political system can provide a foundation for problem-solving, while simultaneously reducing the appeal of violent extremist groups. Building security capacity, especially in States where the political institutions are fragile is difficult, but essential.*

*os meios civis e militares para evitar tais conflitos.*<sup>72</sup> (Reunião 5261 – 14 set. 2005).

Mr. Wolff: [...] *as Nações Unidas, e mais particularmente este Conselho, pode e deve ampliar sua capacidade de prevenir conflitos, especialmente no continente africano.*<sup>73</sup> (Reunião 5735 – 28 ago. 2007).

Ms. Rice: *Primeiro, devemos trabalhar em conjunto para melhorar ainda mais a capacidade do secretariado da UA para planejar, gerenciar e sustentar as operações de manutenção da paz em campo, a longo prazo.*<sup>74</sup> (Reunião 6092 – 18 mar. 2009).

A afirmação 4 demonstra uma preocupação em melhorar a atuação tanto da ONU quanto das organizações regionais, sem necessariamente definir o que especificamente deve ser melhorado em cada uma delas e qual o papel do EUA nesse processo.

*Afirmiação 5 – Precisa haver um fortalecimento na cooperação entre a ONU e as organizações regionais para aumentar sua eficiência:*

Ms. Wolcott Sanders: *A cooperação entre as organizações regionais e as Nações Unidas é essencial. Os Estados Unidos apoiam os esforços contínuos das Nações Unidas para o fortalecimento da arquitetura de paz e segurança da UA [...].*<sup>75</sup> (Reunião 5649 – 28 mar. 2007).

Ms. Wolcott Sanders: [...] *Continuamos a trabalhar em estreita colaboração com as Nações Unidas, a União Africana e os nossos parceiros internacionais para parar o conflito, garantir a entrega de ajuda humanitária e responsabilizar os indivíduos responsáveis por atrocidades contra a população de Darfur.*<sup>76</sup> (Reunião 5655 – 4 abr. 2007).

Mr. Wolff: *Para que as Nações Unidas sejam mais eficazes na prevenção de conflitos na África, o Conselho de Segurança deve trabalhar mais cooperativamente e de forma mais eficiente com as organizações regionais e sub-regionais.*<sup>77</sup> (Reunião 5735 – 28 ago. 2007).

Essa afirmação demonstra uma preocupação parecida com a anterior, a de melhorar a eficiência das organizações, porém, ela diz respeito especificamente a

<sup>72</sup> *We support the need to improve the ability of the African Union and subregional organizations to deploy both civilian and military assets to prevent such conflicts.*

<sup>73</sup> [...] *the United Nations, and more particularly this Council, can and must enhance its capacity to prevent conflict, particularly on the continent of Africa.*

<sup>74</sup> *First, we should work together to further enhance the AU secretariat's capacity to plan, manage and sustain peacekeeping operations in the field over the long term.*

<sup>75</sup> *Cooperation between regional organizations and the United Nations is essential. The United States supports continued efforts by the United Nations to strengthen the AU's peace and security architecture [...].*

<sup>76</sup> [...] *We continue to work closely with the United Nations, the African Union and our international partners to stop the conflict, ensure the delivery of humanitarian relief and hold accountable those individuals responsible for atrocities against the people of Darfur.*

<sup>77</sup> *For the United Nations to be more effective in preventing conflict in Africa, the Security Council must work more cooperatively and more efficiently with regional and subregional organizations.*

melhorar a relação entre a ONU e as organizações regionais africanas, talvez demonstrando a intenção de se dividir o fardo da ONU com as essas organizações, mas mantendo a ONU como polo da relação.

Devemos deixar claro que essas afirmações elencadas de 1 a 5 sob o rótulo de *percepções de imagem sobre a África por parte dos EUA* levam em consideração todos os discursos que analisamos, ou seja, têm um caráter geral. A ideia aqui é usar as análises de conteúdos para montar um quadro que ilustre o discurso americano como um todo para a África (na questão da paz e segurança) em comparação com o discurso chinês.

A Era George W. Bush (2001-2008) representa para a política externa americana um período de abordagens mais agressivas, que se inicia em 2002 com a Estratégia de Segurança Nacional (conhecida como Doutrina Bush), que prevê que “o único caminho para a paz é o caminho da ação”. Conforme Pecequilo (2008, p. 39): “Identificados riscos a sua segurança, o país reserva-se o direito de agir antes que o risco converta-se em ameaça.” Os EUA deveriam defender-se do principal perigo, representado pelos Estados bandidos e falidos<sup>78</sup>, eliminando suas raízes pela mudança de regime. Essa política recebeu várias definições, como: wilsonianismo pragmático, realismo idealista e globalismo democrático. A lógica é a mesma para todas as definições: promover a democracia, representada pelo modelo superior, o norte-americano, a fim de proteger a segurança e liberdade do país e do mundo (PECEQUILO, 2008).

O período Obama de 2009 a 2010 é caracterizado por constante retórica e prática diplomática resultante de disputas internas. Em 2010, o governo lança uma nova Estratégia de Segurança Nacional, que abandona a estratégia preventiva e o termo “Guerra Global Conta o Terror” e propõe maior cooperação multilateral (PECEQUILO, 2010). No entanto, o biênio foi caracterizado, conforme relata Pecequilo (2010), pelo choque entre o multilateralismo-multipolarismo pretendido pela Casa Branca e unilateralismo-unipolarismo característicos do período anterior. Para Indyk, Lieberthal e O’Hanlon (2012), o governo Obama tem tentado moldar uma nova ordem global liberal, com os EUA ainda líderes, porém dividindo mais responsabilidades e encargos com outros. Os autores classificam a política externa de Obama como sensata e séria, mas não inovadora.

---

<sup>78</sup> Para mais detalhes ver Pecequilo (2008).

A seguir, faremos uma incursão mais detalhada sobre as mudanças discursivas que julgamos ter achado, de acordo com os conceitos teóricos já trabalhados ao longo da pesquisa.

### 3.1.4 Mudanças Discursivas nos Discursos Americanos

Logo de início, percebemos uma mudança discursiva em de 2002, que retira a responsabilidade da ONU e do próprio Estados Unidos em resolver os conflitos africanos. Vejamos dois excertos:

Mr. Negroponte: *Em conclusão, deixem-me dizer que o governo dos Estados Unidos quer um Conselho de Segurança responsivo e relevante, que esteja pronto a se juntar aos líderes africanos preparados a realizar ações corajosas no amparo à paz. Porém é importante salientar que – esse Conselho e os Estados Unidos em seus esforços bilaterais – só podem alimentar as mudanças na África. Não podemos comandá-las.*<sup>79</sup> (Reunião 4460 – 29 jan. 2002).

Mr. Williamson: *Porém, deixe-me esclarecer: as Nações Unidas e o Conselho raramente têm a habilidade, eles próprios, de garantir um processo de paz bem-sucedido. Raramente podem as Nações Unidas, por vontade própria, impor uma solução bem-sucedida. Na maioria dos casos, as partes devem criar subsídios que permitam que as Nações Unidas contribuam para a paz duradoura.*<sup>80</sup> (Reunião 4577 – 18 jul. 2002).

Podemos supor que essa postura corresponde ao novo tratamento dado pelos EUA às instituições multilaterais pós-11 de setembro, conforme nos referimos na introdução (SOUZA; MORAES, 2014). Há uma ideia de aumento de responsabilidade e ação por parte das organizações africanas, seguido de um discurso de ajuda institucional para que elas atinjam seus objetivos:

Mr. Cunningham: *Apoiamos os esforços de países vizinhos e outros Estados regionais em ajudar a resolver conflitos. Os Estados Unidos têm fornecido dinheiro e assistência em treinamento a varias dessas operações*

---

<sup>79</sup> *In conclusion, let me say that the United States Government wants a responsive, relevant Security Council that is ready to join with African leaders prepared to take bold action in support of peace. But it is important to underscore that we — this Council and the United States in its bilateral efforts — can only foster change in Africa. We cannot command it.*

<sup>80</sup> *But let me be clear: the United Nations and the Council rarely have the ability themselves to ensure a successful peace process. Seldom can the United Nations on its own impose a successful solution. In most cases, the parties themselves must create facts on the ground that will allow the United Nations to contribute to a lasting peace.*

*e iniciativas, e continuaremos a achar meios para ajudar a criar o contexto certo para a paz em cada área de crise.*<sup>81</sup> (Reunião 4766 – 30 maio 2003).

Em 2002, o governo W. Bush criou o programa *African Crisis Operation Training Assistance* (Acota), voltado para o treinamento de oficiais africanos para operações de manutenção da paz. E em 2004 foi lançado o *Global Peace Operation Initiative* (GPOI), do qual o Acota passou a fazer parte, com a mesma função deste (ESCOSTEGUY, 2011).

Essa mudança discursiva, percebida logo no início do mapeamento dos discursos americanos (janeiro de 2002) leva em conta que a postura discursiva anterior (2001) era outra, conforme analisamos, porém não incluímos na pesquisa. Os discursos pós-11 de setembro, portanto, iniciam-se com uma nova convenção discursiva, especificamente nesse caso representada pela afirmação 2 (“O comando das mudanças necessárias está nas mãos dos próprios africanos”).

A partir da reunião nº 5868 de 16 de abril de 2008 percebemos outra mudança discursiva. Passa-se a uma postura crítica em relação às organizações internacionais (ONU, CSNU e UA) e suas atuações são contestadas em termos operacionais:

Mr. Khalilzad: *Como todos sabem, a manutenção da paz das Nações Unidas está sobrecarregada. O fornecimento de forças de paz bem equipadas não atende a demanda. Temos de encontrar maneiras de utilizar os recursos existentes de forma eficaz e eficiente e construir capacidades, nomeadamente a capacidades regionais, para fazer mais. [...] O Conselho de Segurança precisa reavaliar como planejamos e sustentamos as operações de manutenção da paz. [...] Como todos sabemos, a União Africana precisa construir o aumento das capacidades de planejamento administrativo, logístico e militar, bem como uma melhor prestação de contas e transparência.*<sup>82</sup> (Reunião 5868 – 16 abr. 2008).

Não houve uma mudança de governo em si que explicasse essa mudança no discurso, pois os discursos, de 28 de agosto de 2007 e este último, de 16 de abril de 2008, compreendem o governo W. Bush (republicano). A explicação contextual pode

---

<sup>81</sup> *We support the efforts of neighboring and other regional States to help to resolve conflicts. The United States has provided money and training assistance to several of those operations and initiatives, and we will continue to find ways to help to create the right context for peace in each area of crisis.*

<sup>82</sup> *As we all know, United Nations peacekeeping is overstretched. The supply of well equipped peacekeepers does not meet the demand. We must find ways to use existing resources effectively and efficiently and to build capacity, particularly regional capacity, to do more. [...] the Security Council needs to reassess how we plan for and sustain peacekeeping operations. [...] As we all know, the African Union needs to build increased administrative, logistical and military planning capacities, as well as better financial accountability and transparency.*

ser encontrada em Pecequilo (2008), que aponta para uma dificuldade de correção de rumos do Executivo americano que enfrentava forte oposição do Legislativo nos temas da política externa; fato que levou a administração Bush a retirar de cena o Emb. John Bolton (então representante permanente dos EUA na ONU), e colocar em seu lugar o Emb. Zalmay Khalilzad. Percebemos nesse caso como a linguagem pode ser usada na prática política para construir novas imagens e significados que respondam ao interesse do produtor do discurso.

Essa postura crítica, porém, não se sustenta (pelo menos não de maneira contundente) nos próximos discursos. Estes seguem, a partir do seguinte (reunião nº 6092 de 18 de março de 2009), uma linha mais homogênea: não voltando exatamente para a percepção anterior, ou melhor, não voltando para o mesmo tom usado anteriormente. Uma primeira hipótese seria a da mudança de governo, pois o primeiro discurso (5868) provém do governo republicano, e o segundo (6092) já do governo democrata de Barack Obama<sup>83</sup>. Essa mudança de governo acarretaria então, uma mudança na abordagem dos temas junto ao CSNU.

De um modo geral, os discursos dos EUA são mais incisivos e contêm mais recomendações políticas aos países africanos<sup>84</sup>. No entanto, são mais conjunturais, aparentemente tendo uma sensibilidade maior às circunstâncias históricas do momento, sendo, assim, menos estruturais do que os dos chineses. Saraiva (2008) assim define em linhas gerais a política externa dos EUA para a África:

Pragmatismo mais do que humanitarismo, disputa por recursos minerais, ampliação da diversificação no campo da energia, cooperação com os governos democráticos e ocupação de espaços na luta contra o terrorismo são as linhas gerais de trabalho para os próximos 20 anos dos Estados Unidos na África. Querem disputar a partilha com as ex-metrópoles, particularmente Inglaterra e França, mas sobretudo querem enfrentar a potência do dragão oriental. (SARAIVA, 2008, p.97)

Oliveira (2008) aponta que tradicionalmente os EUA (não só na África) comportam-se como líderes hegemônicos, buscando “ter voz sobre quem vai dirigir tal ou qual país”. Já os chineses estariam mais preocupados com a defesa da soberania nacional, e prefeririam lidar com os regimes africanos “como a História permite”.

Apresentamos, para fins didáticos, um quadro comparativo (figura 3) que ilustra as mudanças discursivas encontradas pela pesquisa:

<sup>83</sup> Khalilzad é substituído por Susan Rice (ligada ao partido democrata).

<sup>84</sup> Conforme se pode perceber pela leitura do Apêndice B.

País	Mudança discursiva
China	<ul style="list-style-type: none"> <li>Identificada uma nova convenção a partir do 14º discurso analisado (16 abr. 2008), a qual afirma que: <i>a UA deve resolver os conflitos regionais</i>. Esta nova convenção substitui a anterior (que dizia ser <i>responsabilidade do CSNU resolver conflitos na África</i>).</li> </ul>
Estados Unidos	<ul style="list-style-type: none"> <li>Identificada uma nova convenção a partir de 2002, que retira a responsabilidade da ONU e dos EUA em resolver os conflitos africanos: <i>o comando das mudanças necessárias está nas mãos dos próprios africanos</i>.</li> <li>Identificada outra mudança discursiva a partir do 11º discurso (16 abr. 2008), a nova convenção representa uma <i>postura crítica em relação às organizações internacionais e suas atuações são contestadas em termos operacionais</i>.</li> </ul>

Figura 3: Quadro comparativo das mudanças discursivas (elaboração própria).

Até aqui fizemos uma análise de conteúdo mapeando as abordagens e discutindo algumas implicações dos discursos chineses e americanos, bem como pudemos estabelecer uma comparação entre eles. Também identificamos mudanças discursivas nesses discursos, o que nos leva a indagar sobre o significado de tudo isso na prática política. A seção seguinte tem o objetivo de iniciar esse debate.

### 3.2 ANÁLISE DE DISCURSO: PRÁTICA SOCIAL, PRÁTICA POLÍTICA E ATOS DE FALA

Já vimos anteriormente que a prática social é um componente do discurso. Um dos desdobramentos da prática social do discurso é que: “As pessoas fazem escolhas sobre o modelo e a estrutura de suas orações que resultam em escolhas sobre o significado (e a construção) de identidades sociais, relações sociais e conhecimento e crença.” (FAIRCLOUGH, 2001a, p. 104). Outro desdobramento apontado pelo autor é que: “As hegemonias em organizações e instituições particulares, e no nível societário, são produzidas, reproduzidas, contestadas e transformadas no discurso.” (FAIRCLOUGH, 2001a, p. 28). De modo que o discurso tem implicações sociais consideráveis, pois ele cria significados, os quais serão

utilizados na prática política para realizar, justificar, legitimar ou compreender ações feitas pelos atores.

Devemos, então, entender como se dá o processo de significação dentro do discurso, conforme já discutimos no capítulo 1. Conforme aponta Gregolin (1995), para se entender os sentidos que estão subentendidos em um texto é preciso que ambos, enunciador e enunciatário (ou produtor e receptor), tenham um conhecimento partilhado que os permita fazer inferências sobre os significados. Esse conhecimento envolve o contexto sócio-histórico a que o texto (ou o evento discursivo) se refere.

De acordo com Fairclough (2001b), o discurso envolve *condições sociais*, que podem ser desdobradas em *condições sociais de produção* e *condições sociais de interpretação*. Essas condições, por sua vez, moldam a maneira como os textos são produzidos e interpretados. Os discursos no Conselho de Segurança dizem respeito aos entendimentos de cada país presente sobre segurança internacional, ou seja, o que constitui uma ameaça à segurança e o que não constitui; bem como dizem respeito ao modo que essas ameaças à segurança devem ser tratadas. A oportunidade de elaborar e proferir um discurso por parte de uma delegação qualquer presente é a mesma para todas, portanto não há, no momento da produção e distribuição do discurso, assimetria de poder. Todos possuem a mesma capacidade de proferir (distribuir) seu discurso. Isso acarreta que, no momento da produção discursiva, o produtor (país) sabe da sua condição social de produção e é capaz de antecipar o consumo do texto. O ato de antecipar o consumo do texto (ou do discurso) ocorre quando os produtores do texto já imaginam como se dará o consumo do texto, ou seja, quem serão os consumidores (as outras delegações) e como estes reagirão.

Podem antecipar não apenas os 'receptores' (aqueles a quem o texto se dirige diretamente), mas também os ouvintes (aqueles a quem o texto não se dirige diretamente, mas são incluídos entre os leitores) e 'destinatários' (aqueles que não constituem parte dos leitores 'oficiais', mas são conhecidos como consumidores de fato.) (FAIRCLOUGH, 2001a, p. 108).

Apesar dessa igualdade na capacidade de distribuição do discurso, não é estranho pensar que, para a comunidade internacional, o discurso dos membros permanentes do CSNU (o chamado P5)<sup>85</sup> tem um *peso* maior que os demais, dado o

---

<sup>85</sup> Grupo formado pelos cinco membros permanentes: China, EUA, Grã-Bretanha, França e Rússia, que detêm o poder do veto nas questões substantivas do Conselho de Segurança.

instrumento do *poder de veto* que esses cinco Estados possuem. Nesse sentido, a assimetria de poder estaria presente. Veja que não estamos falando em Resoluções do Conselho, essas sim submetidas a voto; e sim em Reuniões, mas mesmo assim esse componente está presente. Caberia outra investigação para se avaliar o quanto esse fato representa, dentro do CSNU, condições sociais de produção diferentes em relação àqueles membros que não possuem o poder de veto. Deixamos o questionamento de que materialmente não há assimetria na produção e distribuição do discurso, porém a posição de cada Estado no Conselho, decorrente da própria arquitetura da instituição, representa uma heterogeneidade considerável.

A comunidade internacional como um todo pode ser incluída como “ouvinte” dos discursos, e, nesse caso, podemos também questionar o peso político que cada Estado-Membro do CSNU possui no Sistema Internacional, o que faz com que seu discurso seja recebido pelos ouvintes de formas diferentes, e coloque suas condições sociais de produção de maneira diferente para cada Estado. No caso de China e EUA – dois membros permanentes, as duas maiores economias do mundo, duas potências na África, uma emergente e a outra desenvolvida –, sabemos que ambos possuem capacidade de grande repercussão de seu discurso, tanto no Conselho quanto em qualquer lugar.

As condições sociais de interpretação, no caso da nossa pesquisa, ocorrem em dois níveis (conforme a figura 4). No nível 1, a interpretação ocorre no processo de interação entre o produtor do discurso e seus consumidores. Está incluso aí a maneira como os receptores (as outras delegações) interpretam e reagem ao texto. No nível 2, a interpretação se dá no estágio de análise, estágio no qual nos encontramos no momento.

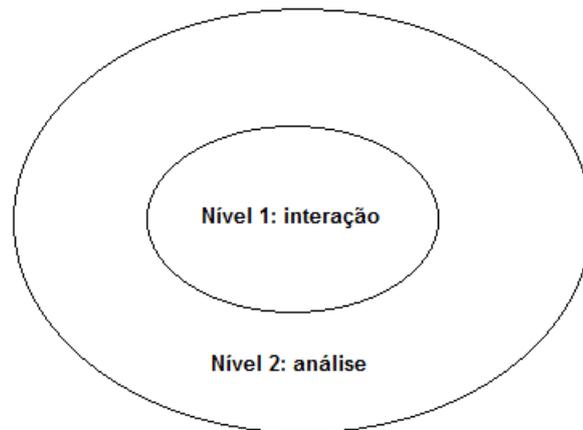


Figura 4: Condições sociais de interpretação em dois níveis (elaboração própria, com base em Fairclough (2001b)).

Optamos por trabalhar somente com a análise, pois apenas a leitura dos documentos analisados não nos permitiria fazer inferências consistentes sobre o processo da interação. A antecipação do consumo textual, que certamente ocorre no nível da interação, é própria dos discursos políticos, pois, na maioria dos casos (para não dizer em todos), eles possuem caráter ideológico e objetivos hegemônicos.

Aproximando-nos da concepção de atos de fala de Onuf (1989, 1998), anteriormente discutida, podemos supor que a maioria dos atos de fala presentes nos discursos dos representantes no Conselho seria composta por atos de fala assertivos, pois (de uma maneira geral) informam aos presentes o estado das coisas e quais seriam as soluções.<sup>86</sup> Vejamos um exemplo para cada caso:

Passagem de discurso proferido pelo delegado chinês Emb. Liu Jieyi, por ocasião da reunião nº 7081 de 12 de dezembro de 2013 do Conselho de Segurança:

*A União Africana e outras organizações regionais e os países africanos estão comprometidos em manter a paz e a estabilidade, promover o mecanismo de segurança coletiva africano e buscar soluções africanas para os problemas africanos.*<sup>87</sup>

Conforme a fórmula de Onuf (1998), há uma afirmação que um estado de coisas existe, qual seja: de que a UA e outras organizações *estão comprometidas* [em

<sup>86</sup> O presente trabalho tem como objetivo identificar as mudanças discursivas, sem se aprofundar no contexto social que permitiria identificar a alteração de significados e explorar com mais atenção a proposta de Onuf (1989,1998).

<sup>87</sup> *The African Union and other regional organizations and African countries are committed to maintaining peace and stability, promoting the African collective security mechanism and seeking African solutions to African problems.*

manter a paz e...]. De onde se depreende (discursivamente) que existem necessidades a serem supridas – com relação à paz, estabilidade e segurança – e problemas a serem solucionados. Esses atos de fala criam, por meio do discurso, a necessidade (*necessidade* como construção discursiva) de se elaborarem fórmulas (regras de instrução) que informem aos agentes o que fazer. Então, de acordo com a fala chinesa:

*Primeiro de tudo, a comunidade internacional deve continuar a apoiar os esforços dos países da região na manutenção da paz e estabilidade. [...] Segundo, a comunidade internacional deve respeitar a soberania e integridade territorial dos países da região e ouvir atentamente suas propostas específicas e ideias relativas ao desenvolvimento e contraterrorismo.*<sup>88</sup>

Passagem de discurso proferido pela delegada americana Emb. Power, por ocasião da mesma reunião:

*Em muitos aspectos, uma melhor governança é o ponto de partida para o progresso em todas as outras arenas, incluindo desenvolvimento econômico, segurança pública e a resolução pacífica de conflitos debilitantes.*<sup>89</sup>

Seguindo a mesma linha de raciocínio, os atos de fala (nesse caso, assertivos) informam que uma melhor governança *é o ponto de partida* [para o progresso...]. Depreende-se que existe uma governança que não é a melhor, e que existem outras áreas que necessitam de progresso – desenvolvimento econômico, segurança pública e resolução de conflitos – e para isso, dependem de uma governança melhor. Já adiantamos, portanto, a solução que, pela lógica, deve ser criada:

*Reconhecendo isso, os Estado Unidos estão atualmente verificando maneiras de intensificar seus esforços sobre a região do Sahel-Magreb para fortalecer instituições democráticas. Nós acreditamos que no Sahel, como em outros lugares, um sistema político aberto e inclusivo pode fornecer uma base para resolução de problemas, e ao mesmo tempo reduzir o apelo de grupos extremistas violentos.*<sup>90</sup>

---

<sup>88</sup> *First of all, the international community must continue to support the efforts of the countries of the region in maintaining peace and stability. [...] Secondly, the international community must respect the sovereignty and territorial integrity of countries of the region and listen carefully to their specific proposals and ideas concerning development and counter-terrorism.*

<sup>89</sup> *In many respects, better governance is the starting point for progress in every other arena, including economic development, public safety and the peaceful resolution of debilitating conflicts.*

<sup>90</sup> *Recognizing that, the United States is currently examining ways to step up its efforts across the Sahel-Maghreb region to bolster democratic institutions. We believe that in the Sahel, as elsewhere, an open and inclusive political system can provide a foundation for problem-solving, while simultaneously reducing appeal of violent extremist groups.*

Esse ato de fala cria uma regra de instrução que informa aos agentes que a melhor escolha é fortalecer as instituições democráticas. Conforme vimos anteriormente em Onuf (1998), um ato de fala, quando repetido constantemente pode se transformar em uma convenção. Assim, essa regra de instrução passa a ser um princípio, um princípio no qual se apoia o discurso americano, conforme destacamos anteriormente como *afirmação 1* dentre as percepções de imagem sobre a África por parte dos EUA. Podemos considerar a prática discursiva como uma forma material de ideologia (FAIRCLOUGH, 2001b), e esse seria um exemplo interessante.

Os discursos no Conselho, porém, não são apenas compostos de atos de fala assertivos. Encontramos também atos de fala diretivos e de compromisso. Frequentemente, os discursos políticos envolvem compromissos, que, no nosso caso, são compromissos assumidos com base nas visões (imagens) que cada país tem sobre a segurança no continente africano. O último trecho de discurso acima, da fala americana, também possui um ato de fala de compromisso. Quando se diz: “Reconhecendo isso, os *Estados Unidos* estão atualmente verificando maneiras de intensificar seus esforços [sobre a região do...]” assume-se um compromisso, o de verificar as maneiras de intensificar os esforços.

Pudemos perceber, então, que os atos de fala criam significados discursivamente, e esses significados são parte de uma prática social maior que engloba todo o ato discursivo e suas consequências. Os discursos têm, portanto, uma função crucial dentro da política, e, conforme vimos, dentro da política internacional em particular, eles constroem redes de significados sobre a visão de mundo do ator em particular e sobre como este reage ao que vê. No caso específico dos discursos do Conselho de Segurança, pudemos comparar as visões sobre segurança de dois dos membros permanentes e como cada um deles inscreve significados sobre as questões de paz e segurança na África.

Também vimos exemplos de mudanças discursivas e como elas se inserem na prática política com o objetivo de – dentro da concepção da AD – suscitar novas hegemonias discursivas, as quais servirão para legitimar, apoiar, ou mesmo identificar a política de determinado Estado, criando imagens e significados como parte da ação política.<sup>91</sup>

---

<sup>91</sup> Algo semelhante ao que Onuf (1998) chama de “deeds”.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

*“Os discursos não apenas refletem ou representam entidades e relações sociais, eles as constroem ou as ‘constituem’; [...]”*

*Norman Fairclough, 2001*

Conforme destacamos, nosso objetivo principal era verificar se havia mudanças discursivas nos discursos que analisamos. Encontramos exemplos de mudanças discursivas tanto nos discursos chineses quanto nos americanos. Pudemos estabelecer também a relação entre a linguagem e a prática política com o auxílio do construtivismo e da AD, o que nos leva a concordar com Onuf (1998, p. 59) quando este constata que “dizer é fazer”. Também pudemos levantar debates sobre o papel da linguagem na construção da política internacional, especialmente no que diz respeito à construção social da segurança internacional para a África, utilizando como objeto os pronunciamentos dos altos representantes de dois membros permanentes do CSNU da ONU.

De acordo com Guarnieri (2010), a linguagem para os construtivistas é um processo de construção de significados – através das práticas discursivas –, que prevê certas interpretações em detrimento de outras, num dado contexto histórico. Assim, concebe-se a linguagem como estabelecadora de relações de poder, pois determina quem está habilitado a participar de uma determinada arena e quais os discursos aceitos como legítimos. Como também se percebe que o contexto histórico a que o discurso está imerso influencia e é influenciado pelo discurso. “Os diferentes discursos não apenas representam o mundo ‘concreto’, mas também projetam possibilidades diferentes da ‘realidade’, ou seja, relacionam-se a projetos de mudança do mundo de acordo com perspectivas particulares.” (RESENDE; RAMALHO, 2006, p. 70-71, grifo no original). As “perspectivas particulares” fazem parte do projeto de visão de mundo do produtor do discurso, o qual pode ter a intenção de manter o equilíbrio instável de uma hegemonia discursiva, ou, por outro lado, de desafiar esse equilíbrio. Por isso que, no processo de identificação do discurso, cumpre-se realizar duas etapas, conforme indicam Resende e Ramalho (2006): identificar que partes do mundo são representadas pelo discurso, os *temas centrais*, que é parte do processo de significação e geração de sentido do texto; bem como identificar a perspectiva particular da produção do discurso.

Discursos podem complementar-se ou competir um com o outro, pois os discursos são parte do recurso utilizado por atores sociais para se relacionarem, seja cooperando, competindo ou dominando.

Através da pesquisa, pudemos identificar três mudanças discursivas entre os discursos da China e dos EUA no CSNU sobre o tema da paz e segurança na África. A partir dessa descoberta, podemos identificar uma mudança de perfil no tratamento dado aos conflitos africanos, tanto pelo discurso chinês quanto pelo discurso americano: há uma ideia de que a própria África deve resolver os seus conflitos, através de suas próprias instituições e organizações, como a União Africana. Esse fato representa uma estratégia de se eximir da responsabilidade para com os conflitos.

Apontamos algumas limitações, que, por escolhas metodológicas, estiveram presentes no trabalho: primeiramente a falta de uma pesquisa mais profunda sobre o contexto das mudanças discursivas; segundo, a possibilidade de diálogo com outras correntes em RI (como o pós-estruturalismo), e também com outras correntes em AD; terceiro, a impossibilidade de se trabalhar com o processo de interação descrito por Fairclough (2001b), conforme apontado pela seção 3.2 e ilustrado na figura 4.

Indicamos também sugestões para pesquisas futuras ou mesmo ampliação desta pesquisa: entender o processo de materialização da ideologia nas práticas discursivas (conforme apontado por Fairclough (2001a)); discutir mais amplamente o processo de significação dos atos de fala, presente em Onuf (1989, 1998); trabalhar a perspectiva da construção de uma hegemonia discursiva e dos discursos contra-hegemônicos e como se reflete sua relação de conflito.

Por fim, destacamos que a disciplina de RI tem muito a ganhar com abordagens cada vez mais distintas do *mainstream*, mas que mantêm o mesmo foco, qual seja, o estudo das interações entre os atores no Sistema Internacional e os processos que envolvem sua constituição. Não buscamos nesse trabalho validar premissas que sustentassem a primazia de uma corrente teórica sobre outras, mas sim, inseri-lo como contribuição ao estudo e reflexão sobre as relações internacionais.

## REFERÊNCIAS

- ADLER, Emanuel. O Construtivismo no Estudo das Relações Internacionais. **Lua Nova**, São Paulo, n. 47, Ago. 1999. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010264451999000200011&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010264451999000200011&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 02 maio 2014.
- ASHLEY, Richard. K. Untying the Sovereign State: A Double Reading of the Anarchy Problematique. **Millenium: Journal of International Studies**, v. 17, n. 2, p. 227-262, 1988.
- BARBOSA, Rubens Antônio. Os Estados Unidos pós 11 de setembro de 2001: implicações para a ordem mundial e para o Brasil. **Revista Brasileira de Política Internacional**, [s. l.], v. 45, n. 1, p.72-91, 2002.
- BARROS, Mariana de Oliveira. Resenha Constructivism in International Relations, the Politics of Reality. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, vol. 28, nº 1, jan./jun. 2006, pp. 259-267. Resenha de: ZEHFUSS, Maja. Constructivism in International Relations, the Politics of Reality. Cambridge: Cambridge University Press, 2002, 289pp.
- BUZAN, Barry. As Implicações do 11 de Setembro para o Estudo das Relações Internacionais. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 2, p.233-265, jul. 2002.
- BUZAN, Barry; HANSEN, Lene. **The Evolution of International Security Studies**. New York: Cambridge University Press, 2009.
- CAMPBELL, David. **Writing Security: United States Foreign Policy and the Politics of Identity**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1998.
- DANTAS, Aline Chianca. Análise de Discurso nas Relações Internacionais: a influência da segurança humana como abordagem discursiva dentro da política externa japonesa. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS, 4., 2013, Belo Horizonte. **Anais...** [s. l.]: ABRI, 2013. p. 1 - 14.
- ESCOSTEGUY, Pedro. **A Nova Arquitetura Africana de Paz e Segurança**: implicações para o multilateralismo e para as relações do Brasil com a África. 200 f. Tese - Curso de Altos Estudos, Instituto Rio Branco, Brasília, 2011.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e Mudança Social**. Brasília: Editora da UnB, 2001.

\_\_\_\_\_. **Language and Power**. Harlow: Pearson, 2001.

FARRELL, Joseph; RABIN, Matthew. Cheap Talk. **The Journal of Economic Perspectives**, [s. l.], v. 10, n. 3, p.103-118, jul. 1996.

FIERKE, Karin M.; JØRGENSEN, Knud Erik (Eds.). **Constructing International Relations: the next generation**. Armonk, NY: Me Shape, 2001.

FINNEMORE, Martha; SIKKINK, Kathryn. Taking Stock: The Constructivist Research Program in International Relations and Comparative Politics. **Annual Review of Political Science**, v. 4, p.391-416, 2001.

FIORI, José L. **O Brasil e a África Negra**. Outras Palavras. [S. l.], 28 nov. 2013. Disponível em: <<http://outraspalavras.net/posts/o-brasil-e-a-africa-negra/>>. Acesso em: 06 set. 2014.

FRIZZERA, Guilherme. Análise de discurso como ferramenta fundamental dos estudos de Segurança: Uma abordagem Construtivista. **Conjuntura Global**, Curitiba, v. 2, n. 2, p.59-63, jun. 2013. Disponível em: <<http://www.humanas.ufpr.br/portal/conjunturaglobal/files/2013/04/Análise-de-Discurso-como-ferramenta-fundamental-dos-estudos-de-Segurança---Uma-abordagem-Construtivista.pdf>>. Acesso em: 27 mar. 2014.

FROELICH, Ivani V. A Política Externa Americana e seus Críticos. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 48, n. 2, p.205-215, dez. 2005. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-73292005000200011&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292005000200011&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 06 set. 2014.

GOMES, Aureo T. Análise do Discurso e Relações Internacionais: Duas Abordagens. **Revista Política Hoje**, América do Norte, 20, mar. 2012. Disponível em: <http://www.revista.ufpe.br/politica hoje/index.php/politica/article/view/109/96>. Acesso em: 22 abr. 2014.

GREGOLIN, Maria do Rosário V. A Análise do Discurso: conceitos e aplicações. **Alfa**, São Paulo, v. 39, p.13-21, 1995. Disponível em: <<http://seer.fclar.unesp.br/alfa/article/viewFile/3967/3642>>. Acesso em: 27 jul. 2014.

GUARNIERI, Tathiana Haddad. “La Construction Européenne”: uma leitura construtivista da integração europeia. **Revista Ética e Filosofia Política**, Juiz de Fora, v. 2, n. 12, p.249-267, jul. 2010. Disponível em:

<[http://www.ufjf.br/eticaefilosofia/files/2010/06/12\\_2\\_thatiana12.pdf](http://www.ufjf.br/eticaefilosofia/files/2010/06/12_2_thatiana12.pdf)>. Acesso em: 31 mar. 2014.

GUIMARÃES, Cesar. Legitimidade e Crise na Política Externa: O Governo de George W. Bush. In: CONFERÊNCIA NACIONAL DE POLÍTICA EXTERNA E POLÍTICA INTERNACIONAL, 3., 2008, Rio de Janeiro. **Estados Unidos**. Brasília: Funag, 2008. p. 155 - 173.

HANSEN, Lene. **Security as Practice: Discourse Analysis and the Bosnian War**. New York: Routledge, 2006.

\_\_\_\_\_. Discourse Analysis, Post-Structuralism, and Foreign Policy. In: SMITH, S.; HADFIELD, A.; DUNNE, T. (Eds.). **Foreign Policy: theories, actors, cases**. Oxford: Oxford University Press, 2012.

INDYK, Martin S.; LIEBERTHAL, Kenneth G.; O'HANLON, Michael E. Scoring Obama's Foreign Policy: A Progressive Pragmatist Tries to Bend History. **Foreign Affairs**, [s. l.], v. 91, n. 3, p.28-43, maio 2012. Disponível em: <<http://pagnottaswiki.pbworks.com/w/file/attach/54379495/91305.pdf>>. Acesso em: 12 nov. 2014.

KATZENSTEIN, Peter J.; KEOHANE, Robert O.; KRASNER, Stephen D. International Organization and the Study of World Politics. **International Organization**, [s. l.], v. 52, n. 4, p.645-685, set. 1998.

KEOHANE, Robert. International Institutions: two approaches. **International Studies Quarterly**, Chicago, v. 32, p.379-396, 1988. Disponível em: <[http://academico.diretorio.fgv.br/ccmw/images/4/42/KEOHANE\\_International\\_Institutions-two\\_approaches\\_\(JSTOR\).pdf](http://academico.diretorio.fgv.br/ccmw/images/4/42/KEOHANE_International_Institutions-two_approaches_(JSTOR).pdf)>. Acesso em: 03 ago. 2014.

KRATOCHWILL, Friedrich. Constructivism as an Approach to Interdisciplinary Study. In: FIERKE; JØRGENSEN (Eds.). **Constructing International Relations: the next generation**. Armonk, NY: Me Shape, 2001.

KUBÁLKOVÁ, Vendulka; ONUF, Nicholas; KOWERT, Paul. Introduction. In: **International Relations in a Constructed World**. Armonk, New York: Me Shape, 1998.

KUBÁLKOVÁ, Vendulka. The Twenty Years' Catharsis: E. H. Carr and IR. In: KUBÁLKOVÁ, V.; ONUF, N.; KOWERT, P. (Eds.). **International Relations in a Constructed World**. London /Armonk, NY: Me Shape, 1998.

LEITE, Lucas Amaral Batista. O Discurso como Objeto de Estudo e Instrumento Metodológico nas Relações Internacionais. **Monções**, Dourados, v. 1, n. 1, p.182-

207, jan. 2012. Semestral. Disponível em:  
<<http://www.periodicos.ufgd.edu.br/index.php/moncoes/article/download/1630/1127>>.  
Acesso em: 26 abr. 2014.

MENDES, Cristiano. Os Discursos de Tony Blair: o conceito de terrorismo e as instabilidades de suas estruturas. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 1, p.175-204, jan.-jun. 2010. Disponível em: <<http://contextointernacional.iri.puc-rio.br/media/v32n1a06.pdf>>. Acesso em: 16 jun. 2014.

MELO, Iran F. Análise do Discurso e Análise Crítica do Discurso: desdobramentos e intersecções. **Revista Eletrônica de Divulgação Científica em Língua Portuguesa, Linguística e Literatura**, [s.l.], v. 5, n. 11, p.1-18, jul. 2009.

MINGST, Karen. **Princípios de relações internacionais**. 4. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar. **Teoria das Relações Internacionais: Correntes e Debates**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

OLIVEIRA, Amaury P. A China Constrói uma Parceria Estratégica com a África. In: CONFERÊNCIA NACIONAL DE POLÍTICA EXTERNA E POLÍTICA INTERNACIONAL, 3., 2008, Rio de Janeiro. **China**. Brasília: Funag, 2008. p. 337 - 373.

ONUF, Nicholas. **World of Our Making: Rules and Rule in Social Theory and International Relations**. Columbia: University of South Carolina Press, 1989.

\_\_\_\_\_. Constructivism: a User's Manual. In: KUBÁLKOVÁ, V.; ONUF, N.; KOWERT, P. (Eds.). **International Relations in a Constructed World**. London /Armonk, NY: Me Shape, 1998. p. 58-78.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Carta das Nações Unidas**, 1945. Disponível em: <<http://www.oas.org/dil/port/1945%20Carta%20das%20Na%C3%A7%C3%B5es%20Unidas.pdf>>. Acesso em 05 jul. 2014.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Conselho de Segurança. **Repertoire of The Practice of the Security Council**. Disponível em: <<http://www.un.org/en/sc/repertoire/studies/africa.shtml>>. Acesso em: 14 dez. 2014.

PECEQUILO, Cristina S. A Era George W. Bush (2001/2007): os EUA e o Sistema Internacional. In: CONFERÊNCIA NACIONAL DE POLÍTICA EXTERNA E POLÍTICA INTERNACIONAL, 2., 2007, Rio de Janeiro. **Estados Unidos: presente e desafios**. Brasília: Funag, 2008. p. 29 - 48.

\_\_\_\_\_. A Política Externa e as Eleições de Meio de Mandato: perspectivas do governo Obama. **Conjuntura Austral**, [s. l.], v. 2, n. 3-4, p.4-15, dez. 2010.

PENNA FILHO, Pio. Segurança seletiva no pós-Guerra Fria: uma análise da política e dos instrumentos de segurança das Nações Unidas para os países periféricos - o caso africano. **Rev. Bras. Polít. Int.**, Brasília, v. 47, n. 1, Jun. 2004. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-73292004000100003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292004000100003&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 18 Nov. 2014.

QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc Van. **Manual de Investigação em Ciências Sociais**. 2. ed. Lisboa: Gradiva, 1998.

RESENDE, Viviane de Melo; RAMALHO, Viviane. **Análise de Discurso Crítica**. São Paulo: Contexto, 2006.

RYSDYK, Janaina. **A Política Externa Chinesa para a África**: uma análise dos casos do Sudão e da Nigéria. 2010. 120 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

SALOMÓN, Mónica. La Teoría de las Relaciones Internacionales en los Albores del Siglo XXI: Diálogo, Disidencia, Aproximaciones. **Revista Electrónica de Estudios Internacionales**, [s. l.], v. 4, n. 1, p.01-59, jun. 2002. Disponível em: <<http://www.reei.org/index.php/revista/num4/articulos/teoria-relaciones-internacionales-albores-siglo-xxi-dialogo-disidencia-aproximaciones>>. Acesso em: 08 ago. 2014.

SARAIVA, José F. Sombra. A África na Ordem Internacional do Século XXI: Mudanças Epidérmicas ou Ensaio de Autonomia Decisória?. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 51, n. 1, p. 87-104, 2008. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-73292008000100005&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292008000100005&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 06 set. 2014.

SILVA, Maria Alice Siqueira Mendes. Sobre a Análise do Discurso. **Revista de Psicologia da Unesp**, Assis, v. 4, n. 1, p.16-40, 2005.

SOUZA, André de Mello; MORAES, Rodrigo F. de. A Relevância do Terrorismo na Política Internacional Contemporânea e suas Implicações para o Brasil. In: SOUZA, A.; NASSER, R.; MORAES, R. (Orgs.). **Do 11 de Setembro de 2001 à Guerra ao Terror**: reflexões sobre o terrorismo no século XXI. Brasília: Ipea, 2014. p. 13-43.

STUBBS, Michael. **Discourse Analysis**: The Sociolinguistic Analysis of Natural Language. Chicago: The University of Chicago Press, 1983.

VIOTTI, Paul; KAUPPI, Mark. **International Relations Theory**. 5. ed. [s. l.]: Pearson, 2012.

WALKER, Rob. B. J. **Inside/Outside: International Relations as Political Theory**. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

WEIGUANG, Wang. A Reforma, a Abertura e a Rota do Desenvolvimento Chinês. In: CONFERÊNCIA NACIONAL DE POLÍTICA EXTERNA E POLÍTICA INTERNACIONAL, 3., 2008, Rio de Janeiro. **China**. Brasília: Funag, 2008. p. 187 - 212.

WENDT, Alexander. The Agent-Structure Problem in International Relations Theory. **International Organization**, [s. l.], v. 41, n. 3, p.335-370, jul. 1987.

\_\_\_\_\_. Anarchy is what States Make of it: The Social Construction of Power Politics. **International Organization**, [s. l.], v. 46, p.391-425, abr. 1992.

\_\_\_\_\_. **Social Theory of International Relations**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

XAVIER, Maria Francisca; MATEUS, Maria Helena. **Dicionário de Termos Linguísticos**. Lisboa: Edições Cosmos, 1992.

ZEHFUSS, Maja. **Constructivism in International Relations: the Politics of Reality**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

**BIBLIOGRAFIA DOS DISCURSOS**

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Conselho de Segurança. **Reunião 4460 de 29 de janeiro de 2002**. Nova Iorque. SPV4460.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **Reunião 4538 de 22 de maio de 2002**. Nova Iorque. SPV4538.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **Reunião 4577 de 18 de jul. de 2002**. Nova Iorque. SPV4577.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **Reunião 4766 de 30 de maio de 2003**. Nova Iorque. SPV4766.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **Reunião 5005 de 16 de jul. de 2004**. Nova Iorque. SPV5005.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **Reunião 5220 de 30 de jun. de 2005**. Nova Iorque. SPV5220.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **Reunião 5261 de 14 de set. de 2005**. Nova Iorque. SPV5261.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **Reunião 5331 de 19 de dez. de 2005**. Nova Iorque. SPV5331.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **Reunião 5571 de 22 de nov. de 2006**. Nova Iorque. SPV5571.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **Reunião 5649 de 28 de mar. de 2007**. Nova Iorque. SPV5649.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **Reunião 5655 de 04 de abr. de 2007**. Nova Iorque. SPV5655.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **Reunião 5735 de 28 de ago. de 2007**. Nova Iorque. SPV5735.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **Reunião 5749 de 25 de set. de 2007**. Nova Iorque. SPV5749.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **Reunião 5868 de 16 de abr. de 2008**. Nova Iorque. SPV5868.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **Reunião 5933 de 11 de jul. de 2008**. Nova Iorque. SPV5933.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **Reunião 6092 de 18 de mar. de 2009**. Nova Iorque. SPV6092.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **Reunião 6206 de 26 de out. de 2009**. Nova Iorque. SPV6206.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **Reunião 6233 de 08 de dez. de 2009**. Nova Iorque. SPV6233.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **Reunião 6254 de 23 de dez. de 2009**. Nova Iorque. SPV6254.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **Reunião 6409 de 22 de out. de 2010**. Nova Iorque. SPV6409.

\_\_\_\_\_.\_\_\_\_\_. **Reunião 6561 de 21 de jun. de 2011.** Nova Iorque. SPV6561.

\_\_\_\_\_.\_\_\_\_\_. **Reunião 6633 de 19 de out. de 2011.** Nova Iorque. SPV6633.

\_\_\_\_\_.\_\_\_\_\_. **Reunião 6674 de 05 de dez. de 2011.** Nova Iorque. SPV6674.

\_\_\_\_\_.\_\_\_\_\_. **Reunião 6709 de 26 de jan. de 2012.** Nova Iorque. SPV6709.

\_\_\_\_\_.\_\_\_\_\_. **Reunião 6717 de 21 de fev. de 2012.** Nova Iorque. SPV6717.

\_\_\_\_\_.\_\_\_\_\_. **Reunião 6882 de 10 de dez. de 2012.** Nova Iorque. SPV6882.

\_\_\_\_\_.\_\_\_\_\_. **Reunião 6946 de 15 de abr. de 2013.** Nova Iorque. SPV6946.

\_\_\_\_\_.\_\_\_\_\_. **Reunião 6965 de 13 de maio de 2013.** Nova Iorque. SPV6965.

\_\_\_\_\_.\_\_\_\_\_. **Reunião 7081 de 12 de dez. de 2013.** Nova Iorque. SPV7081.

\_\_\_\_\_.\_\_\_\_\_. **Reunião 7090 de 18 de dez. de 2013.** Nova Iorque. SPV7090.

\_\_\_\_\_.\_\_\_\_\_. **Reunião 7203 de 19 de jun. de 2014.** Nova Iorque. SPV7203.

## APÊNDICE A – Discursos dos representantes da China no Conselho de Segurança

Reunião	Data	Pontos abordados
4460	29 jan. 2002	<ul style="list-style-type: none"> <li>- graus variados de progresso nos esforços de manutenção da paz em várias regiões.</li> <li>- em outras áreas, que ainda são atormentadas por conflitos armados, pobreza, doenças e outros problemas, a situação permanece grave.</li> <li>- comunicação, cooperação e coordenação entre o Conselho de Segurança e a União Africana para encontrar soluções aos problemas da África.</li> <li>- aspectos devem ser levados em conta no caso específico da África para se alcançar a paz e o desenvolvimento: sua história, as relações entre os países e grupos étnicos, e realidades socioeconômicas.</li> <li>- a comunidade internacional deve convocar a vontade política e tomar ações concretas.</li> <li>- o Conselho de Segurança tem a responsabilidade de resolver o problema dos conflitos africanos.</li> <li>- que se preste mais atenção à vontade do povo africano no processo de resolução de seus conflitos regionais.</li> </ul>
4538	22 mai. 2002	<ul style="list-style-type: none"> <li>- o desafio em resolver os conflitos africanos é assustador e complicado, e necessita-se da comunidade internacional e do Conselho.</li> <li>- prioridade à questão da África.</li> <li>- qualquer tentativa de acabar com conflitos na África deve visar tanto os sintomas quanto as causas.</li> <li>- devem-se levar em conta as visões das partes do conflito, assim como dos Estados vizinhos.</li> </ul>
4577	18 jul. 2002	<ul style="list-style-type: none"> <li>- o sucesso das operações de manutenção da paz depende de uma combinação de fatores dentro e fora das áreas de operação.</li> </ul>
4766	30 mai. 2003	<ul style="list-style-type: none"> <li>- a manutenção da paz e segurança sobre uma base econômica e financeira sólida.</li> <li>- a segurança econômica e financeira muitas vezes se torna um ponto de atrito no processo de por fim aos conflitos e reconstruir a paz. A estabilidade econômica é necessária para manter a estabilidade política.</li> </ul>
5005	16 jul. 2004	<ul style="list-style-type: none"> <li>- a China aprecia o papel positivo representado pela União Africana e outras organizações regionais na África Ocidental.</li> <li>- é necessário que a comunidade internacional dê suporte e trabalhe com as organizações regionais, e que ela ajude os países da região a se empenharem no desenvolvimento econômico e realizarem desenvolvimento sustentável a fim de se lidar com as causas dos conflitos em suas raízes.</li> </ul>
5220	30 jun. 2005	<ul style="list-style-type: none"> <li>- a pobreza é a causa da crise alimentar africana.</li> <li>- eliminar a pobreza é um requisito para a paz internacional, desenvolvimento e estabilidade.</li> <li>- terminar os conflitos é um pré-requisito para eliminar a pobreza, garantindo segurança alimentar e alcançando desenvolvimento sustentável.</li> </ul>
5261	14 set. 2005	<ul style="list-style-type: none"> <li>- apoiar a autoridade do Conselho aderindo ao multilateralismo.</li> <li>- a China dá suporte a um papel importante para o CSNU.</li> <li>- ouvir mais atentamente as preocupações e propostas dos países africanos e levar em conta seu ardente desejo pela paz, desenvolvimento e cooperação.</li> </ul>
5331	19 dez. 2005	<ul style="list-style-type: none"> <li>- realizar um esforço conjunto para prover assistência humanitária</li> </ul>

		intensificada. - tomar as medidas necessárias para resolver os problemas e enfatizar a eliminação das causas das crises humanitárias. - devem-se respeitar as opiniões e lideranças dos países africanos. - devem-se envolver as organizações regionais, como a UA.
5571	22 nov. 2006	- as questões humanitárias, políticas e de segurança estão inter-relacionadas e afetam umas às outras, e a falta de estabilidade necessária torna difícil aliviar as crises humanitárias.
5649	28 mar. 2007	- a China apoia totalmente a cooperação entre as Nações Unidas e as organizações regionais na manutenção da paz e segurança internacional. - a China apoia o desejo dos países africanos de ter um papel maior em resolver suas próprias questões regionais. - o capítulo VIII da Carta da ONU, no qual se privilegia os arranjos regionais para se resolverem disputas regionais. - o que se precisa ainda mais no momento são ações concretas.
5655	04 abr. 2007	- as crises humanitárias em alguns países da África têm diferentes causas e diferentes origens. - longos períodos de subdesenvolvimento econômico levaram à pobreza generalizada e suas tragédias concomitantes. - a África deve ser ajudada de boa-fé a desenvolver sua economia, acabar com a pobreza e melhorar o padrão de vida. - de maneira geral é preciso tratar cada problema de maneira apropriada para que se resolvam as causas e os sintomas, e é preciso que se priorizem ações práticas sobre palavras vazias.
5735	28 ago. 2007	- é do Conselho de Segurança a responsabilidade primária pela manutenção da paz e segurança internacional. - diplomacia preventiva: a ONU gastou muito nos últimos anos com operações de manutenção da paz, poder-se-ia gastar menos e salvar mais vidas se esforços maiores na área de prevenção a conflitos fossem feitos. - coordenação e cooperação com as organizações regionais e sub-regionais: reforçar a cooperação com a União Africana e com seu Conselho de Paz e Segurança.
5749	25 set. 2007	- a ONU, e em particular o CSNU, tem o dever de ajudar a África a manter e construir a paz. - em última análise, a paz na África depende se há progresso econômico e social mais rápido. - a prevenção dos conflitos, a manutenção da paz e a construção da paz devem todas promover o desenvolvimento. - deve haver respeito pelas condições naturais e modelos de desenvolvimento dos países africanos, e que não se deve impor um modo sobre eles. - a comunidade internacional tem uma necessidade premente e obrigação moral em ajudar a África.
5868	16 abr. 2008	- sem estabilidade e desenvolvimento na África, a paz e prosperidade globais estão fora de questão. - parceria próxima entre as Nações Unidas e a União Africana: embora mantendo sua autoridade, o CSNU deve dar prioridade em apoiar o papel-chave da União Africana em resolver os conflitos regionais e deve prestar consideração às visões da UA.
5933	11 jul. 2008	- a China acredita que a negociação e o diálogo são as melhores abordagens para se resolver problemas no nível internacional. - usar de sanções levemente ou fazer ameaças de sanções não conduz a solução dos problemas.
6092	18 mar. 2009	- a África é a região com maior concentração de guerras e conflitos. - manter a paz e a estabilidade no continente africano não é só do interesse dos países e do povo africano, mas da comunidade internacional como um todo. - o Conselho de Segurança tem a responsabilidade pela

		<p>manutenção da paz e segurança internacionais, e ele tem investido muito sua energia na África.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- a UA tem tido um papel importante na manutenção da paz e estabilidade na África e na resolução de conflitos, servindo como complemento forte e benéfico ao trabalho do CSNU.</li> <li>- é necessário intensificar a cooperação entre a UA e a ONU.</li> <li>- o Conselho deve dar consideração prioritária ao papel da UA na resolução de conflitos e deve prestar atenção às visões e sugestões da UA.</li> <li>- apoio à procura por financiamentos para as operações de manutenção da paz da UA.</li> <li>- o fortalecimento na capacidade da manutenção da paz (<i>peacekeeping</i>) da União Africana vai não só aumentar a eficiência dos <i>peacekeepings</i> e poupar recursos, mas também vai aumentar o senso de propriedade e a capacidade de ter o destino do continente nas mãos dos africanos.</li> </ul>
6206	26 out. 2009	<ul style="list-style-type: none"> <li>- a paz e a estabilidade na África estão melhorando.</li> <li>- manter a paz e a estabilidade na África ainda é um desafio real e duro que a comunidade internacional enfrenta.</li> <li>- sem paz e estabilidade na África não vai haver desenvolvimento sustentável lá, e não vai haver paz duradoura e prosperidade no mundo.</li> <li>- a União Africana tem tido um papel muito importante em manter a paz e a estabilidade e resolver conflitos na África.</li> <li>- apoiam uma parceria estratégica entre a ONU e a UA com o objetivo de manter a paz e a estabilidade na África.</li> <li>- a nova parceria estratégica entre a China e a África está se desenvolvendo de uma maneira sustentável, estável e rápida.</li> <li>- a China tem consistentemente advogado em favor de um papel maior para a UA na manutenção da paz e estabilidade no continente.</li> <li>- através de acordos bilaterais e multilaterais, os chineses têm contribuído com várias formas de assistência em muitas operações de manutenção da paz na África.</li> </ul>
6233	08 dez. 2009	<ul style="list-style-type: none"> <li>- o tráfico de drogas é uma questão delicada que ameaça a paz e a segurança em algumas regiões, particularmente na África Ocidental.</li> <li>- a comunidade internacional tem que ajudar os países dessa região no fortalecimento de suas políticas antidrogas, e ao mesmo tempo, promover o desenvolvimento.</li> </ul>
6254	23 dez. 2009	<ul style="list-style-type: none"> <li>- a União Africana se esforça para resolver problemas africanos da maneira africana, e tem obtido experiências de sucesso.</li> <li>- a China sempre manteve a posição de que sanções devem ser impostas com prudência.</li> </ul>
6409	22 out. 2010	<ul style="list-style-type: none"> <li>- atualmente a paz e segurança na África estão se desenvolvendo numa direção positiva.</li> <li>- ameaças não-tradicionais à segurança, como terrorismo, pirataria e crime organizado transnacional estão crescendo.</li> <li>- a manutenção da paz e segurança na África continua sendo um dos maiores desafios da comunidade internacional.</li> <li>- a China mantém a visão de que a ONU deve ajudar a UA a obter financiamento para suas operações de manutenção da paz.</li> <li>- a ONU deve fortalecer a cooperação com a UA através de treinamento e compartilhamento de conhecimento e lições aprendidas.</li> <li>- a China sempre deu importância e apoiou que a UA tivesse um papel importante no campo da paz e segurança na África.</li> </ul>
6561	21 jun. 2011	<ul style="list-style-type: none"> <li>- fortalecimento do Escritório das Nações Unidas para a União Africana (UNOAU).</li> <li>- defesa da parceria estratégica entre a ONU e a UA.</li> </ul>

		<ul style="list-style-type: none"> <li>- respeito e apoio aos esforços de mediação da União Africana em questões importantes.</li> <li>- o Conselho deve dar prioridade às opiniões e conselhos da UA e facilitar seus esforços de mediação.</li> <li>- fortalecer o apoio às operações de manutenção da paz da União Africana.</li> <li>- as Nações Unidas devem dar assistência à UA para garantir suporte financeiro para tais operações.</li> </ul>
6633	19 out. 2011	<ul style="list-style-type: none"> <li>- os Estados costeiros, as organizações regionais e a comunidade internacional devem estar plenamente conscientes da seriedade do problema da pirataria e devem tomar medidas a tempo de combater e prevenir a piora da situação.</li> </ul>
6674	05 dez. 2011	<ul style="list-style-type: none"> <li>- a China sempre apoiou a resolução das questões africanas através dos meios africanos pela África.</li> <li>- apoio a resolução apropriada de suas disputas através do diálogo e da negociação.</li> <li>- ao invés de atingir os resultados esperados, as sanções podem frequentemente levar a complicação das situações e afetar o desenvolvimento econômico e os meios de subsistência das pessoas nos países em questão.</li> </ul>
6709	26 jan. 2012	<ul style="list-style-type: none"> <li>- o conflito líbio teve um sério impacto na situação política, econômica, humanitária e de segurança na região do Sahel.</li> <li>- as visões africanas devem ser devidamente respeitadas.</li> </ul>
6717	21 fev. 2012	<ul style="list-style-type: none"> <li>- o aumento no tráfico de drogas e armas, a pirataria e as atividades terroristas ameaçam seriamente a paz e a estabilidade, põem em perigo o desenvolvimento econômico e social e têm um impacto negativo na situação humanitária da região (África Ocidental e Sahel).</li> <li>- os países da região (África Ocidental e Sahel) são países em desenvolvimento e precisam de ajuda e assistência para combater o crime organizado transnacional.</li> <li>- a comunidade internacional deve aumentar sua presença em capital e tecnologia e fornecer assistência eficaz aos países e organizações regionais envolvidos.</li> <li>- pobreza e desenvolvimento econômico e social atrasados são criadouros do crime organizado transnacional.</li> </ul>
6882	10 dez. 2012	<ul style="list-style-type: none"> <li>- a paz, a estabilidade e o desenvolvimento na região do Sahel têm uma relação direta com a paz e estabilidade do continente africano a longo-prazo.</li> <li>- a chave para a paz e estabilidade de longo-prazo reside em resolver os problemas fundamentais subjacentes à atual situação, os quais surgiram por uma série complexa de fatores, incluindo a falta de desenvolvimento e pobreza.</li> <li>- a comunidade internacional deve ajudar a região (Sahel) com financiamento.</li> <li>- a China tem apoiado ativamente as iniciativas dos países africanos e organizações regionais para fortalecer a cooperação e manutenção da paz e estabilidade no continente.</li> </ul>
6946	15 abr. 2013	<ul style="list-style-type: none"> <li>- atualmente a situação geral da paz e segurança na África tem permanecido estável. Mesmo assim, a África permanece sendo o continente com a mais alta concentração de conflitos e com a mais frágil situação de segurança.</li> <li>- as causas dos conflitos na África são complicadas, vêm de problemas territoriais, religiosos e étnicos deixados por legado histórico. Também há problemas práticos, como pobreza, subdesenvolvimento e capacidades fracas.</li> <li>- ajudar efetivamente a África a alcançar crescimento econômico e progresso social é o meio fundamental para se resolver as causas dos conflitos.</li> <li>- a comunidade internacional deve aumentar seu investimento na</li> </ul>

		<p>África e honrar seus compromissos de assistência e alívio da dívida.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- a vontade dos países africanos deve ser totalmente respeitada.</li> <li>- os países africanos e as organizações regionais têm o entendimento mais profundo sobre seus problemas.</li> <li>- a comunidade internacional deve ativamente fornecer assistência em áreas como, política, capital, tecnologia e construção de capacidades (<i>capacity-building</i>).</li> <li>- a China dá muita importância à prevenção de conflitos e a abordar as causas profundas dos conflitos na África.</li> </ul>
6965	13 mai. 2013	<ul style="list-style-type: none"> <li>- as atividades terroristas e os conflitos étnicos e religiosos na África estão interligados.</li> <li>- a comunidade internacional tem uma responsabilidade compartilhada com os países africanos na luta contra o terrorismo.</li> <li>- a liderança dos países africanos na luta contra o terrorismo deve ser respeitada.</li> <li>- quando fornecer assistência, a comunidade internacional deve respeitar a independência, soberania e integridade territorial dos países envolvidos.</li> <li>- esforços devem ser empreendidos para assistir a África a realizar a paz e segurança regionais.</li> <li>- a comunidade internacional, principalmente os países desenvolvidos, deve ajudar através da promoção da construção de capacidades (<i>capacity-building</i>) nos setores de justiça e segurança, do fortalecimento das trocas de experiências e do compartilhamento de informações e no suporte aos esforços das organizações regionais e sub-regionais.</li> </ul>
7081	12 dez. 2013	<ul style="list-style-type: none"> <li>- a situação geral da África é caracterizada por estabilidade, desenvolvimento e paz.</li> <li>- a comunidade internacional tem demonstrado prioridade para a paz e segurança na África.</li> <li>- o governo chinês dá muita importância às relações China-África: apoio de longa data aos países africanos para explorarem vias de desenvolvimento baseadas em suas realidades nacionais.</li> </ul>
7090	18 dez. 2013	<ul style="list-style-type: none"> <li>- a África Ocidental e o Sahel têm sido áreas-chave para atividades do tráfico de drogas internacional devido à situação de segurança frágil e às dificuldades de controle de fronteiras.</li> <li>- as atividades de tráfico de drogas internacional usando a região como trânsito têm afetado a economia e o desenvolvimento social dos países em questão, ameaçando a paz e estabilidade regional.</li> </ul>
7203	19 jun. 2014	<ul style="list-style-type: none"> <li>- a situação geral no Sahel permanece estável, mas para que a região atinja estabilidade e desenvolvimento é preciso: dar suporte aos países regionais, focar na resolução das causas profundas dos conflitos, como a pobreza e o desenvolvimento, ajudar os países da região a fortalecerem a construção de capacidades (<i>capacity-building</i>) na área da segurança através da cooperação regional.</li> <li>- o governo Chinês atribui muita importância às relações China-África e apoia os países africanos na busca por um caminho de desenvolvimento apropriado às suas condições nacionais.</li> </ul>

## APÊNDICE B – Discursos dos representantes dos Estados Unidos no Conselho de Segurança

Reunião	Data	Pontos abordados
4460	29 jan. 2002	<ul style="list-style-type: none"> <li>- os americanos dão suporte aos esforços regionais africanos.</li> <li>- a AIDS é uma ameaça à paz e segurança na África.</li> <li>- não há substituto para Estados-nações saudáveis e organizações regionais dinâmicas na promoção da paz e segurança do continente.</li> <li>- em se tratando das guerras, há historicamente um limite para as ações das organizações regionais.</li> <li>- construir boa governança e estreitar o domínio da lei são desafios urgentes e são cruciais para se manter a paz duradoura na África.</li> <li>- os americanos e o Conselho podem apenas alimentar as mudanças na África, mas não comandá-las.</li> </ul>
4577	18 jul. 2002	<ul style="list-style-type: none"> <li>- a ONU e o CSNU raramente tem a habilidade, eles próprios, de garantir o sucesso de um processo de paz.</li> <li>- as partes (em um conflito) devem criar subsídios que permitirão às Nações Unidas contribuir com a paz duradoura.</li> </ul>
4766	30 mai. 2003	<ul style="list-style-type: none"> <li>- quando se fala em África no Conselho, tende-se a focar em crises e nos inúmeros problemas que existem, e isso é totalmente correto.</li> <li>- muitos países estão realizando avanços significativos em direção à governança eficaz e respeito aos direitos humanos e liberdades fundamentais.</li> <li>- ainda há muitas partes do continente em conflito, e há muito trabalho a ser feito pela ONU, CSNU e Estados membros.</li> <li>- as sanções podem ser ferramentas valiosas para minimizar ameaças.</li> <li>- os EUA estão atualmente envolvidos em uma variedade de programas em muitos países africanos com o intuito de promover a democracia, a boa governança e o desenvolvimento econômico.</li> <li>- soluções em última análise para os conflitos africanos devem vir das partes conflitantes, não podem ser impostas de fora.</li> </ul>
5005	16 jul. 2004	<ul style="list-style-type: none"> <li>- os investimentos na África Ocidental ajudam a restaurar e preservar a estabilidade na região, e devem ser protegidos.</li> <li>- devem ser feitos esforços concretos para coordenar as operações de paz e o desarmamento, a desmobilização e os programas de reintegração.</li> </ul>
5220	30 jun. 2005	<ul style="list-style-type: none"> <li>- não há uma receita geral ou solução que irá adequadamente endereçar todas as crises nacionais ou regionais que enfrentamos no presente.</li> <li>- a comunidade internacional deve continuar a desenvolver ferramentas que sejam flexíveis o suficiente para endereçar as causas únicas de cada crise particular.</li> <li>- as nações africanas, elas mesmas, são responsáveis pelo bem-estar dos seus cidadãos, elas devem tomar medidas apropriadas para endereçar as causas das crises.</li> </ul>
5261	14 set. 2005	<ul style="list-style-type: none"> <li>- os EUA apoiam a necessidade de melhorar a habilidade da União Africana e organizações sub-regionais em implantar meios civis e militares para evitar conflitos.</li> </ul>
5331	19 set. 2005	<ul style="list-style-type: none"> <li>- os EUA acreditam que uma crise alimentar é uma ameaça não só ao bem-estar da população da África, mas também à estabilidade regional e segurança.</li> </ul>
5649	28 mar. 2007	<ul style="list-style-type: none"> <li>- a questão da paz e segurança na África é de preocupação dos membros do Conselho, e a União Africana e suas organizações</li> </ul>

		<p>sub-regionais têm representando um papel inestimável trazendo resoluções pacíficas a muitos conflitos da África.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- a cooperação entre as organizações regionais e as Nações Unidas é essencial.</li> <li>- os EUA apoiam esforços contínuos por parte da ONU para fortalecer a arquitetura de paz e segurança da OUA através de todo o espectro da gestão de conflitos, desde o alerta precoce e prevenção de conflitos, até a manutenção da paz e reconstrução pós-conflito.</li> <li>- a coordenação entre as Nações Unidas e organizações regionais e sub-regionais na África Ocidental tem acelerado a transição entre o conflito e a estabilidade e entre o autoritarismo e a democracia.</li> </ul>
5655	04 abr. 2007	<ul style="list-style-type: none"> <li>- acabar com a violência e o sofrimento em Darfur está entre as maiores prioridades dos Estados Unidos.</li> </ul>
5735	28 ago. 2007	<ul style="list-style-type: none"> <li>- as Nações Unidas e particularmente o Conselho podem e devem melhorar sua capacidade de prevenir conflitos na África.</li> <li>- para que a ONU seja mais eficaz na prevenção de conflitos na África, o Conselho deve trabalhar mais cooperativamente e mais eficientemente com as organizações regionais e sub-regionais.</li> <li>- os Estados Unidos clamam por um relacionamento mais forte entre o Conselho de Segurança da ONU e o Conselho de Paz e Segurança da UA.</li> <li>- o governo americano apoia a prevenção e resolução de conflitos através de uma variedade de programas bilaterais e multilaterais.</li> <li>- o que se precisa agora é mais esforço na coordenação entre os esforços americanos, os esforços de outros governos, os esforços do CSNU, e os esforços da UA e outras organizações regionais e sub-regionais.</li> </ul>
5868	16 abr. 2008	<ul style="list-style-type: none"> <li>- os EUA apoiam a transição democrática e o desenvolvimento econômico nos países africanos.</li> <li>- pós-conflito: fortalecer instituições democráticas.</li> <li>- o processo de manutenção da paz (<i>peacekeeping</i>) da ONU está sobrecarregado.</li> <li>- O CSNU deve reavaliar como se planeja e sustenta as operações de manutenção da paz.</li> <li>- a UA deve melhorar sua capacidade de planejar e executar operações de manutenção da paz viáveis.</li> <li>- as Nações Unidas devem priorizar seus esforços para ajudar a UA a lidar com seus déficits em gerenciamento financeiro e capacidades administrativas.</li> <li>- deve-se trabalhar com os Estados membros da União Africana para aumentar suas capacidades nacionais de manutenção da paz.</li> <li>- financiar as capacidades de manutenção da paz da UA é importante.</li> </ul>
6092	18 mar. 2009	<ul style="list-style-type: none"> <li>- apoio à parceria entre ONU e UA.</li> <li>- as necessidades da África são grandes, mas também o são suas contribuições para manter a paz.</li> <li>- deve-se aumentar a capacidade do secretariado da UA em planejar, gerenciar e sustentar operações de manutenção da paz.</li> <li>- encoraja que ambos os secretariados (UA e ONU) compartilhem o fardo de planejar missões conjuntas.</li> <li>- o processo de manutenção da paz (<i>peacekeeping</i>) não é a única ferramenta, e nem sempre a melhor, para lidar com conflitos.</li> <li>- recomenda que a UA aumente sua capacidade nas áreas de prevenção de conflitos, gerenciamento de crises e construção da paz e estabilização pós-conflito.</li> <li>- encorajam nações doadoras a se juntar para assistir a UA.</li> <li>- os EUA têm liderado esforços para ajudar a construir capacidades africanas de manutenção da paz (<i>peacekeeping</i>).</li> </ul>
6206	26 out. 2009	<ul style="list-style-type: none"> <li>- amplo apoio para que se aumentem as amarras estratégicas entre</li> </ul>

		<p>o Conselho de Segurança e o Conselho de Paz e Segurança da UA, junto com maior coordenação estrutural entre o Secretariado da ONU e a Comissão da UA.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- os EUA vão continuar a ajudar nos esforços para se melhorar a capacidade do Secretariado da UA em planejar, gerenciar e sustentar operações de manutenção da paz.</li> <li>- ajudar a construir capacidades para todas as nações africanas para assegurar a paz através de mediação, gerenciamento de crises, reconstrução pós-conflito e no desenvolvimento de prevenção de conflitos.</li> <li>- os EUA tem sido, e vão continuar sendo um dos principais contribuintes bilaterais às operações de manutenção da paz africanas.</li> </ul>
6233	08 dez. 2009	<ul style="list-style-type: none"> <li>- o narcotráfico na África Ocidental é uma ameaça séria e crescente.</li> <li>- A situação do trânsito internacional de drogas naquela região ameaça a boa governança e a estabilidade regional.</li> </ul>
6409	22 out. 2010	<ul style="list-style-type: none"> <li>- as contribuições às operações de paz no continente estão ajudando a prevenir que ameaças à paz e segurança internacional se espalhem ainda mais.</li> <li>- os EUA dão total apoio ao aumento da relação estratégica entre a ONU e a UA.</li> <li>- assegurar financiamento sustentável, previsível e flexível permanece como um desafio chave à capacidade da UA para empreender operações de paz efetivas.</li> <li>- deve-se trabalhar junto para melhorar a capacidade do Secretariado da UA em planejar, gerenciar e sustentar operações de manutenção da paz.</li> </ul>
6561	21 jun. 2011	<ul style="list-style-type: none"> <li>- há mais a ser feito pela elaboração de mecanismos mais claros para as organizações da ONU atuarem em parceria com as homólogas da UA.</li> <li>- os EUA têm realizado muitos esforços para treinar e equipar partes da Comissão da UA.</li> <li>- os EUA apoiam a melhoria no financiamento da capacidade de paz e segurança da UA.</li> </ul>
6633	19 out. 2011	<ul style="list-style-type: none"> <li>- a responsabilidade primária em patrulhar e dar segurança às águas territoriais repousa sobre os países da região.</li> </ul>
6709	26 jan. 2012	<ul style="list-style-type: none"> <li>- o governo dos EUA está trabalhando com os líderes dos países do Sahel para resolver os problemas através de várias reformas políticas, sociais e econômicas, incluindo gerenciar transições democráticas bem-sucedidas e lutar contra o terrorismo.</li> </ul>
6717	21 fev. 2012	<ul style="list-style-type: none"> <li>- redes criminais corrompem sociedades que enfrentam problemas de desenvolvimento numa região que emerge de anos de conflitos.</li> <li>- o Conselho de Segurança deve enfrentar a situação utilizando uma abordagem holística, em conjunto com a União Africana, organizações sub-regionais e outros atores.</li> </ul>
6882	10 dez. 2012	<ul style="list-style-type: none"> <li>- atingir objetivos comuns para a região (Sahel), um desenvolvimento econômico mais democrático, estável e seguro.</li> <li>- apela-se para um progresso continuado em direção a uma estratégia compreensiva para o Sahel que foque a comunidade internacional e coordene sua ação para trazer paz, estabilidade política e desenvolvimento sustentável ao povo da região.</li> </ul>
6946	15 abr. 2013	<ul style="list-style-type: none"> <li>- após um pico nos anos de 1990, os conflitos armados têm significativamente declinado na África Subsaariana, tanto em número quanto em intensidade.</li> <li>- o Conselho e as Nações Unidas, junto com a União Africana, organizações sub-regionais e outros parceiros, têm ajudado significativamente a conduzir essa tendência.</li> <li>- ainda existem muitos fatores de risco e os condutores de conflitos permanecem, incluindo a pobreza, a desigualdade real ou</li> </ul>

		<p>percebida, a falta de boa-governança e do domínio da lei, proximidade a instabilidade e ciclos de conflitos anteriores.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- é preciso levar mais a sério a erradicação da pobreza.</li> <li>- é preciso fortalecer o foco na governança e nos desafios institucionais, incluindo o ambiente de segurança necessário para que a boa governança impere.</li> <li>- as missões de manutenção de paz da ONU, quando apropriadas, podem trazer segurança e estabilidade política que dão aos atores nacionais capacidade de construir suas próprias instituições e conduzir transições de poder, assim como fornecer fundação para o crescimento econômico.</li> </ul>
6965	13 mai. 2013	<ul style="list-style-type: none"> <li>- grupos terroristas continuam a ameaçar a paz, a segurança e a estabilidade, entretanto, a luta conta o terrorismo na África tem feito progresso em relação ao ano anterior.</li> <li>- a ameaça de terrorismo multifacetada na África requer uma resposta multidimensional.</li> <li>- os EUA têm intensificado a assistência na construção de capacidades (<i>capacity-building</i>) aos parceiros africanos.</li> <li>- lutar contra a pobreza e a corrupção requer expandir o comércio e o investimento e construir infraestrutura, requer a prevenção e resolução eficaz de conflitos, requer a melhoria nos serviços do governo a sua população, e requer garantir que a população confie no seu governo.</li> </ul>
7081	12 dez. 2013	<ul style="list-style-type: none"> <li>- os EUA vão continuar sendo parceiros ativos na tentativa de se avançar em três objetivos: fortalecer a governança, melhorar as capacidades de segurança regionais e desenvolver planos de longo prazo para resiliência.</li> <li>- em muitos aspectos, a melhor governança é o ponto inicial de progresso em outras áreas, incluindo desenvolvimento econômico, segurança pública e resolução pacífica de conflitos.</li> <li>- construir capacidades de segurança, especialmente nos Estados onde as instituições políticas são frágeis é difícil, mas essencial.</li> </ul>
7090	18 dez. 2013	<ul style="list-style-type: none"> <li>- o tráfico de drogas na região (Sahel) tende a atingir países com fronteiras porosas, instituições frágeis, justiça e aparatos de segurança fracos e recursos limitados.</li> <li>- as redes de tráfico de drogas não só minam o desenvolvimento e a segurança como também erodem a confiança na justiça e nas instituições do governo.</li> </ul>
7203	19 jun. 2014	<ul style="list-style-type: none"> <li>- o Sahel mais pacífico e mais próspero é do interesse de todos.</li> </ul>